



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão do Termo de Parceria

Relatório de Monitoramento 17º PA - SEJUSP/AGM

Belo Horizonte, 19 de maio de 2023.

CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO ELO

17º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO: 01 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 2023

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento (RM) visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº 02/2019, no período de 01/01/2023 a 31/03/2023 (17º Período Avaliatório – PA), com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio do Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e dos Relatórios Gerenciais Financeiros (RGFs).

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/18 e ao artigo 52 do Decreto Estadual nº 47.553/18, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, bem como sua análise.

Para a elaboração deste relatório, frisa-se que a Comissão de Monitoramento contou com as contribuições dos servidores da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC), que possuem informações qualificadas sobre a execução dos programas que compõem a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, objeto do CG nº 02/2019.

Registra-se a avaliação positiva da Comissão de Monitoramento e de toda a SUPEC acerca da mudança no formato de apresentação do RGR pelo Instituto Elo, tornando-o visualmente mais atrativo à leitura, o que tende a contribuir também para uma maior facilidade e compreensão das informações por parte do público externo que acessa o documento. Isso posto, passa-se à análise do desempenho dos indicadores.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

O 17º Período Avaliatório é o primeiro do ano de 2023 e abrange algumas inovações nos indicadores propostos para monitoramento da política pública, precipuamente no Programa de Trabalho pactuado no VII Termo Aditivo ao CG nº 02/2019, cuja vigência iniciou-se em 01/01/2023.

Conforme pontuado também no RGR, houve um incremento do número de indicadores: a área temática do Programa Selo Prevenção Minas agora conta com três indicadores, e a área temática de Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade conta com novos indicadores relacionados ao acompanhamento das capacitações e supervisões realizadas pelas equipes da supervisão metodológica e da supervisão da gestão, totalizando quatro indicadores.

Vale destacar a nova apresentação do quadro de indicadores, que ficou visualmente intuitiva no RGR e foi reproduzida neste RM.

A título de contribuição, **sugere-se para os indicadores cuja meta não foi alcançada, que não seja atribuído o farol verde junto ao resultado, podendo ser utilizado outra cor para identificação.**

Tabela 1 – Comparativo entre as metas previstas e realizadas

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			17º Período Avaliatório Jan/23 a Mar/23	
1 Programa Mediação de Conflitos	1.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	9.000	15.322
	1.2 Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.490	2.623
	1.3 Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	2.700	3.366

2		2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 2.400 •	• 3.043 •
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 6.000 •	• 6.971 •
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 20.601 •	• 24.891 •
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 136 •	• 128 •
3		3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	• 420 •	• 838 •
		3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5	• 210 •	• 506 •
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	• 270 •	• 205 •
4		4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 15.300 •	• 18.048 •
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 74% •	• 69% •
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 1.125 •	• 1.006 •
5		5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 5.886 •	• 5.584 •
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 78% •	• 80% •
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 432 •	• 509 •
6		6.1	Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	2	• 33 •	• 18 •
		6.2	Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica nos municípios abrangidos pelo Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar	3	• 315 •	• 969 •
		6.3	Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social	3	• 45 •	• 245 •
7		7.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	2	• 75 •	• 166 •
		7.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 210 •	• 271 •
		7.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 30 •	• 102 •

8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 60 •	• 80 •
		8.2	Número de acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipe dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 196 •	• 235 •
		8.3	Número acumulado de participantes em Capacitações	1	• 28 •	• 1.401 •
		8.4	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	• 15 •	• 8,5 •
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPC de base territorial por período avaliatório	3	• 56 •	• 62 •
		9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas	3	• 9 •	• 9 •
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	• 100% •	
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
9.000	15.322	170,24%

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
1.490	2.623	176,04%

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
2.700	3.366	124,67%

A Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher (DPM) corrobora com a análise das atividades entregue no RGR, à qual acrescentam-se as principais intervenções realizadas ao longo do referido período.

Em janeiro/23 foi realizado o primeiro encontro da diretoria junto às equipes técnicas e gestores sociais convidados, contemplando a importância da saúde mental no desenvolvimento do trabalho.



Encontro de Formação e Certificação das Comissões Metodológicas e de Comunicação - Junho 2022

Dentre os espaços de construção e troca de saberes promovidos entre os atores que compõem o programa, destacam-se os encontros das comissões metodológicas e de comunicação, que têm sido indispensáveis para a construção e atuação do PMC em suas frentes de trabalho, considerando o propósito em ampliar a discussão sobre as pautas transversais à diminuição e o enfrentamento das violências e resolução de conflitos. São momentos proporcionados aos profissionais para que fomentem não só reflexões, mas ações assertivas para efetivar o resultado do trabalho junto às comunidades.

Nesse sentido, no primeiro Encontro de Formação de 2023, a DPM promoveu um momento de certificação dos participantes das comissões atuantes no ano de 2022, bem como apresentou os novos integrantes de tais comissões para 2023.



Cerimônia de Certificação das Comissões Metodológicas e de Comunicação - Junho 2023

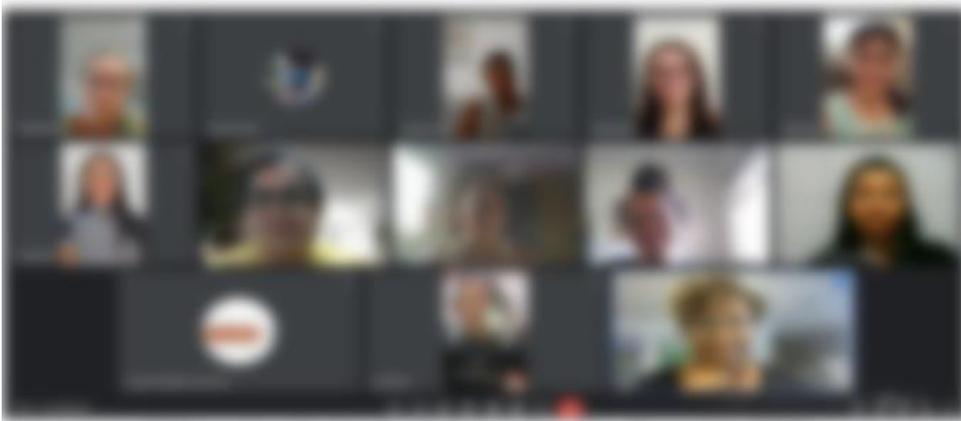
Um dos encontros de formação realizados no trimestre teve como temática a “Dinâmica das Violências e Criminalidade” e contou com a participação da Subsecretária de Prevenção à Criminalidade, Andreza Rafaela Meneghim, que compartilhou sobre a prevenção social, situacional, segurança cidadã e suas estratégias, promovendo ampla conexão e discussão junto aos profissionais que atuam na ponta.

O cenário de violências nos territórios reforça a necessidade de se pautar tais temas: somente neste primeiro trimestre já foram consumados 35 homicídios, sendo que 25 destes ocorreram em Belo Horizonte nas áreas de abrangência do PMC. Neste mesmo período, as equipes técnicas atenderam 150 casos de violências trabalhadas em atendimentos individuais. Dessa forma, é fundamental que tais espaços subsidiem o desenvolvimento do trabalho das equipes, preparando os profissionais que atuam na política para que estejam aptos a construir estratégias eficazes de prevenção e enfrentamento às diversas violências vivenciadas pelos moradores das comunidades.



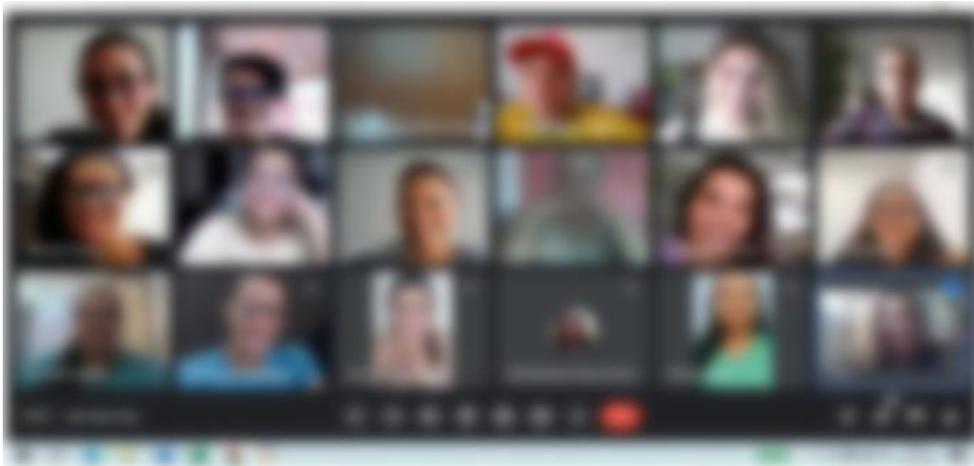
Reunião de Planejamento - Setembro 2022

Também foi realizado o primeiro encontro da Comissão de Comunicação na sua atual composição, que teve como objetivo traçar planos para 2023. A proposta da comissão visa também a confecção de materiais que versem sobre pautas do enfrentamento às violências e resolução de conflitos no sentido de promover, ampliar e aproximar o PMC das comunidades, redes e demais parceiros. Como exemplo de material relevante, foi compartilhado um calendário temático para ser utilizado como referência de datas a serem tratadas no decorrer do ano, com o desenvolvimento de ações específicas junto às comunidades e redes que compõem os territórios.



1ª Reunião da Comissão de Comunicação - Setembro 2022

No mês de fevereiro/23, ocorreu o Encontro de Formação Inicial, com a participação de analistas, gestores e estagiários, onde foram tratados os aspectos importantes para a execução do trabalho do PMC enquanto política pública.



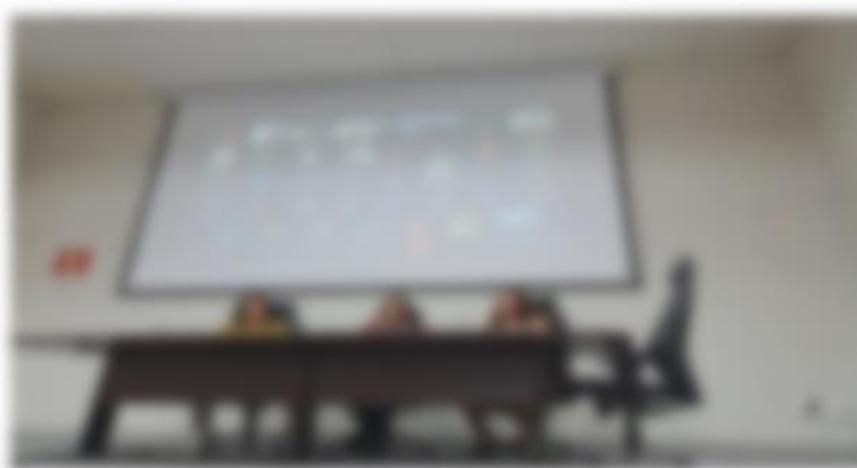
Reunião de Formação Inicial - Fevereiro 2023

No mês de março/23, destaca-se o primeiro encontro da Comissão Metodológica e o Encontro de Formação. A Comissão Metodológica do PMC apresentou as perspectivas para 2023 e o debate sobre os conceitos basilares do programa no que diz respeito à mediação em sua proposta comunitária. O Encontro de Formação, por sua vez, aproveitando o mês da mulher, contemplou a discussão sobre abrigamentos e o protagonismo das referências

comunitárias no enfrentamento às violências. Foram convidadas para a mesa de debate a supervisora [REDACTED], que é referência comunitária e oficinaira do PMC, e, como mediadora da mesa, a analista social [REDACTED]. Foi um momento construtivo de reflexão e perguntas sobre o que foi abordado por cada convidada e de compartilhamento das experiências vivenciadas nos territórios.

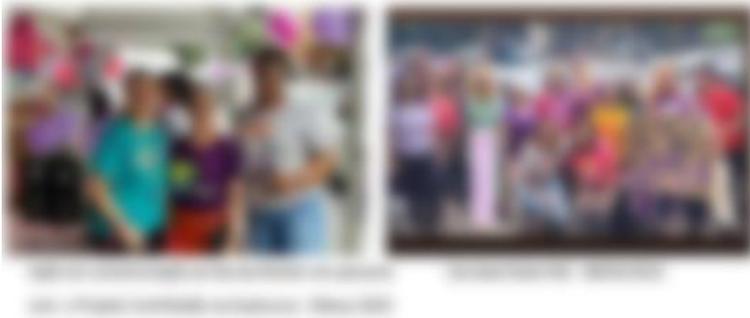


Reunião de Trabalho do Conselho Municipal de Políticas de Gênero - Março 2023



Reunião de Trabalho do Conselho Municipal de Políticas de Gênero - Março 2023

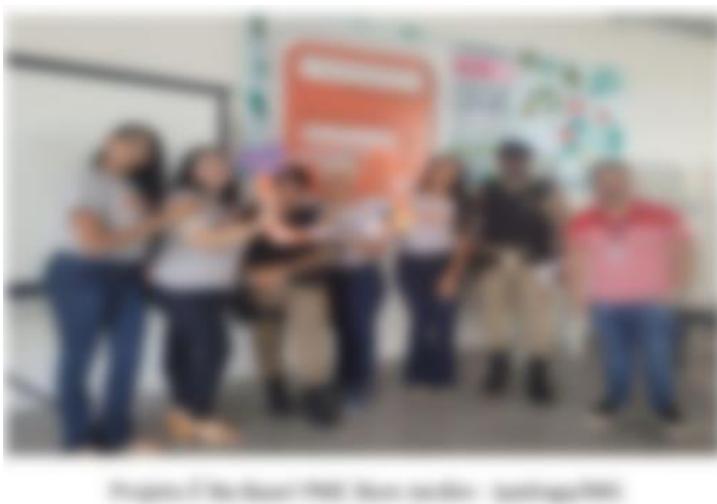
Por fim, corrobora-se com a apresentação do Instituto ELO sobre a atuação do PMC no mês de março/23, nas ações de prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher, haja vista que essas pautas ressoam na prática do programa e que a diretoria também tem ocupado os espaços institucionais que promovem essa discussão. Nessa oportunidade, o PMC tem como diretriz a execução do Projeto Institucional *É na base!*, em sua segunda edição. Em 2022, a realização do projeto ocorreu de forma satisfatória e se desdobrou em outras intervenções junto ao público escolar, motivo pelo qual foi pensada a sua replicação em 2023, conforme previsto na Lei Federal nº 14.164/2021. A discussão e ações sobre a violência contra a mulher foram contempladas não só no ambiente escolar, como também em outros espaços junto às redes institucionais, promovendo a conscientização, prevenção e o enfrentamento às violências por meio do diálogo.



Quanto à apreciação dos indicadores, sobre o **indicador 1.1**, considera-se assertiva a análise da OS quanto aos números de atendimentos realizados pelo PMC, especialmente quando citado os desdobramentos da execução da segunda edição do Projeto É na Base!. Foram mais de 28 escolas contempladas em todo o estado. Destaca-se ainda, a realização do projeto em Ipatinga, onde a equipe técnica do PMC da UPC Bom Jardim contou com a parceria da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica (PPVD), bem como com a participação de uma Agente de Segurança Cidadã e Referência Comunitária do território. No último período avaliatório foi celebrada a formatura de 182 referências comunitárias que participaram do “Curso Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para Enfrentamento às Violências” para formação de Agentes Comunitários de Cidadania. No atual período, percebe-se o engajamento e atuação dessas referências em ações promovidas nos territórios, haja vista os impactos da execução de projetos e oficinas nos resultados que refletem o dinamismo do PMC ao lidar com práticas coletivas que envolvem o público atendido para além dos atendimentos individuais, ressaltando uma atuação conjunta aos moradores e exercendo na prática a segurança pública cidadã.

A OS menciona sobre o equilíbrio alcançado nas modalidades de atendimentos (individual, projetos e oficinas), porém, chamam atenção os resultados com relação **ao número de atendimentos coletivos**, sendo ao todo 293 atendimentos realizados por onze equipes, representando 1,91% do valor total neste período avaliatório.

Diante disso, **é oportuno refletir sobre os entraves junto às equipes que atuam diretamente na ponta para ações em âmbito de casos coletivos, sendo este um ponto de atenção e trabalho junto aos atores estratégicos.**



Corroborar-se com a análise sobre o **indicador 1.2** referente à média mensal de pessoas atendidas pelo programa. Notoriamente, a repercussão dos

projetos e oficinas realizados nos territórios impactam positivamente o alcance do PMC com o público atendido. Os projetos executados contribuem para a maioria da média de pessoas atendidas (1054), seguido da média alcançada por meio dos atendimentos individuais (888), da prática de organização comunitária (582) e oficinas do PMC (242), além dos casos coletivos (46). **Essas práticas executadas de forma estratégica podem alavancar o número de pessoas atendidas** pelo PMC, como tem sido pensado pelas equipes dos territórios de Turmalina (Governador Valadares) e PTB (Betim), que buscam, através de **atendimentos itinerantes, o alcance do público morador de microterritórios** que menos acessam o PMC, a fim de obter maior aproximação, desenvolvimento e fortalecimento de vínculos. Como bem apontado pela OS, as pessoas atendidas em diversas frentes de trabalho, levam a uma remodelação natural do perfil de pessoas atendidas pelo programa, demandando uma leitura ainda mais qualificada de como influenciar no que é ofertado por essa política, quando se faz necessário diferenciar qual o perfil daquele público que é recorrente do PMC ao longo do ano, daquele que comparece em momentos específicos tais como os projetos institucionais realizados em algumas datas comemorativas do ano, voltadas para crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, entre outras.

Sobre o **indicador 1.3** referente número acumulado de ações do programa, faz-se importante ressaltar como estes resultados refletem o trabalho das equipes técnicas de cada UPC nos territórios. O diálogo com a rede é algo indispensável para a construção do programa com suas parcerias. Somente neste primeiro trimestre foram 1.297 ações que correspondem a construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômenos da violência e criminalidade. Neste mesmo período, foram mais de 862 casos discutidos junto à rede de proteção social e o mesmo número referente a encaminhamentos para a rede parceira, nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos. Por fim, foram 337 ações em que as equipes técnicas se fizeram presentes em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede que discutem temas transversais à segurança cidadã e mediação comunitária. A DPM tem atuado de forma a auxiliar gestores sociais e equipes técnicas na construção do diálogo institucional junto aos atores da rede de proteção, pois compreende-se o trabalho intersetorial como forma de romper com violências institucionais e de promover encaminhamentos mais assertivos, garantindo assim o acesso à direitos aos moradores dos territórios.



Destaca-se a roda de conversa com as usuárias do Centro de Saúde Primeiro de Maio promovida pela equipe do PMC e parceiros com o tema “Esperança/Dia do Cuidado e acolhimento para as mulheres”. Esta ação motivou as mulheres a promover o autocuidado e refletir sobre a importância do “Dia Internacional da Mulher”. Além disso, o evento contou com diversas parcerias, sendo possível oferecer dinâmicas de relaxamento, oficina de tranças, brindes, lanche e vasos de suculentas como recordação.

Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
2.400	3.043	126,8%

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
6.000	6.971	116,2%

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
20.601	24.891	120,8%

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
136	128	94,1%

Conforme aludido pela OS, por meio dos dados apresentados dos indicadores e metas do CG, neste primeiro PA do ano de 2023 reverberaram os esforços empenhados em 2022 no desenvolvimento e alcance das metas pactuadas. Desde o início da pandemia, considerando todos os impactos por ela causados na vida e no trabalho das pessoas, os profissionais envolvidos nas ações e projetos do Programa Fica Vivo! têm buscado estratégias de solução dos inúmeros desafios enfrentados.

A manutenção de espaços mensais de diálogo com oficinairos e oficinairas do programa por parte da Diretoria de Proteção da Juventude - DPJ e do Instituto ELO, a busca por novos projetos de oficinas, os espaços de formação continuada de equipes e gestores sociais, e a realização de projetos locais por parte das equipes são exemplos de ações focalizadas no segundo semestre de 2022 e continuadas em 2023, que têm trazido os impactos positivos às ações mensuradas.

A DPJ considera fundamental, inicialmente, marcar a qualidade analítica e de descrição por parte da OS no tocante aos aspectos gerais de desenvolvimento do trabalho e de seus impactos no desempenho dos indicadores do Programa Fica Vivo! no 17º RGR. Ademais, foi considerado satisfatória a análise apresentada no RGR.

No que se refere ao **indicador 2.1**, além dos elementos apresentados pela OS, considera-se importante destacar, observando os dados mensurados neste indicador nos três meses que compõem o PA, uma tendência de queda dos encontros de oficinas no mês de fevereiro e a retomada no mês de março. A DPJ supõe que o feriado prolongado de Carnaval possa ter favorecido essa nuance, ainda que a meta tenha sido alcançada.

Acerca do **indicador 2.2**, importante destacar os resultados alcançados pela UPC Ribeiro de Abreu, fruto de um intenso trabalho da equipe e supervisão metodológica no desenvolvimento das demais formas de atendimento previstas na metodologia e que impactam diretamente na divulgação e busca do público pela oficina. Isso pode ser evidenciado pela realização do projeto em parceria com a rede de proteção no sábado dia 11/03, quando foi possível verificar a adesão comunitária e das juventudes. Destaca-se ainda a UPC Turmalina que saltou de 117 para 174 adolescentes e jovens atendidos entre os meses de janeiro e março, resultado de um trabalho minucioso da equipe, com coordenação da gestão social e supervisão metodológica de referência.

Sobre o desempenho de cada UPC neste indicador, para além daqueles expostos no RGR, destaca-se positivamente a Vila CEMIG/Conj. Esperança/BH, o que pode ser atribuído possivelmente à estabilidade da equipe técnica, considerando as mudanças recentes que haviam ocorrido. Enquanto destaque negativo, soma-se à análise do desempenho da UPC Justinópolis a hipótese de que os constantes aquecimentos na dinâmica criminal do território estejam impactando na execução das oficinas.

Importante ainda mencionar, que embora a UPC Bom Jardim/Esperança/Ipatinga figure entre as unidades que têm o menor número de encontros de oficinas por motivos já expostos no RGR, a média de encontros dessa UPC se encontra satisfatória, considerando o número de oficinas implantadas.

Sobre o **indicador 2.3**, importante reforçar o expressivo número de projetos locais e de circulação desenvolvidos pelas equipes, mesmo sem destinação de recursos específicos, o que tem potencializado expressivamente o alcance da meta. Esse aspecto tem chamado a atenção inclusive do ponto de vista da compreensão metodológica das equipes sobre cada uma dessas ações, o que será pauta de um Encontro de Formação no mês de abril. Cabe destacar os desafios nas UPCs Primeiro de Maio e Santa Lúcia na capital, ambos com uma dinâmica criminal intensificada, haja vista os conflitos de grupos existentes.

Quanto ao **indicador 2.4**, sugere-se a apresentação de **uma análise específica de hipóteses dos contextos que mais se destacaram positivamente ou de forma negativa no alcance da meta pactuada**. Por exemplo: foram realizadas duas reuniões com o GEPAR pela gestão social do Morro Alto no mês de janeiro, em virtude de aquecimento da dinâmica? Mudança de comando? PTB, Jardim Canaã e Morumbi tiveram uma reunião cada com o GEPAR no período de três meses, por quais motivos? Disponibilidade de agendas? Para os 37% das ações não realizadas **sugere-se o planejamento de estratégias de intervenção, bem como o aprimoramento das motivações da não realização da ação esperada**.

Área Temática 3: Programa Se Liga

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
420	838	199,5%

Indicador 3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
210	506	240,9%

Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas		
Meta	Resultado	Desempenho
270	205	75,9%

Conforme mencionado no RGR, neste primeiro PA do ano de 2023, reverberaram os esforços empenhados em 2022 no desenvolvimento e alcance das metas pactuadas. Desde o início da pandemia, os profissionais envolvidos nas ações do Programa Se Liga têm buscado estratégias de solução dos inúmeros desafios postos.

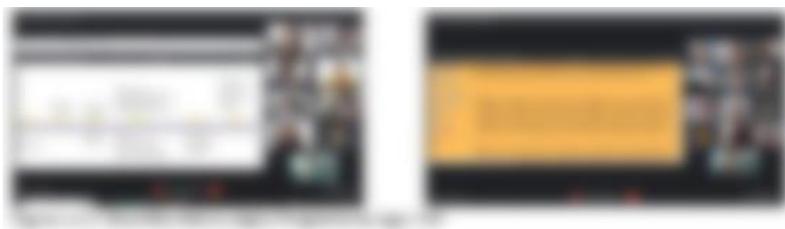
O acompanhamento detido e minucioso de todos os processos de trabalho que envolvem a execução do programa, a manutenção de espaços quase cotidianos, conforme exposto no RGR, de orientação, capacitação e qualificação dos profissionais do Se Liga e os espaços de formação continuada de equipes e gestores sociais são exemplos de ações focalizadas no segundo semestre de 2022 e continuadas em 2023, e que têm trazido os impactos positivos às ações mensuradas.

Especificadamente sobre a execução do Programa Se Liga, este 17º PA materializa os desdobramentos dos desafios vivenciados no ano de 2022, mas, também, as estratégias de enfrentamento. Conforme detalhamento citado no RGR, vários foram as intempéries que impactaram no pleno desenvolvimento das ações do programa. No tocante à regional Região Metropolitana de BH/Central (BH/RM/CM), a DPJ destaca o regresso no desenvolvimento das ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas, haja vista a renovação de quase 100% da equipe e gestão social. A diretoria vem emitindo, enquanto diretriz de trabalho, a garantia de execução de espaços de diálogo e construção, na modalidade presencial, junto às Unidades Socioeducativas de modo a resgatar a confiança e estabelecer vínculos entre os profissionais. Na regional Zona da Mata, o destaque, conforme mencionado no RGR, fica

para a localização da UPC do Programa Se Liga, que tem dificultado o desenvolvimento metodológico do programa. Tal situação tem sido acompanhada e pensada pelos servidores da SUPEC, em parceria com a gestão social, de modo a minimizar estes impactos.

Cabe destacar ainda, a parceria estratégica com a Fundação João Pinheiro para a construção do marco lógico do programa, contribuindo para a efetividade desta política pública, interligando competências técnico-científicas e gestão governamental. Os encontros com a instituição de pesquisa e ensino acontecem periodicamente desde setembro de 2022, com previsão de conclusão deste produto para o segundo semestre de 2023.

Por fim, considera-se importante reforçar, conforme sugerido no RM do 16º PA, **que sejam apresentados os resultados do Programa Se Liga separadamente entre as regionais, aos moldes de como é feito nos demais Programas**. Tal medida permitirá uma gestão mais qualificada mediante os desafios de cada UPC.



Quanto ao **indicador 3.1**, a DPJ coaduna com os elementos apresentados no RGR e enfatiza a qualificação de dados, se comparadas às análises dos RGR anteriores. Mais do que isso, reforçam-se os elementos problematizados no item anterior. Espera-se, com a permanência da equipe e gestão social das Unidades de BH/RMBH/CM, além do início da segunda etapa do Projeto Circuito Liberdade, ainda uma maior amplitude de atendimentos ao público, haja vista os resultados alcançados até o momento, e, sobretudo, o aumento da vinculação do público ao programa.

Reforça-se no tocante à vinculação do público, a relevância do uso do telefone corporativo pelos analistas sociais enquanto ferramenta metodológica essencial para o fortalecimento do enlace com as juventudes atendidas pelo Se Liga. Especificamente, neste período avaliatório, associado ao contexto de transição de equipes, considera-se que o atraso no remanejamento destes aparelhos à nova equipe também colaborou no resultado deste indicador.

Já especificamente sobre o desempenho da equipe da UPC Zona da Mata, com a definição de encaminhamentos pactuados entre SUPEC e Instituto ELO, a exemplo da designação futura de uma gestão social e um técnico administrativo específicos para o Programa Se Liga, à destinação de mais um carro para a realização das atividades nos municípios que compõem a Zona da Mata, bem como os avanços nas tratativas com o município de Juiz de Fora para localização de uma unidade geograficamente mais estratégica, acredita-se que os resultados sejam perceptíveis ao longo do vigente ano.





No que tange o **indicador 3.2**, a DPJ considera importante destacar o quanto a crescente nos números de acompanhamento ao público alvo do programa tem demandado das equipes e gestão social de referência a ampliação das estratégias com a rede de proteção social, dado aos casos extremamente complexos que o programa vem acompanhando, sobretudo aqueles atravessados por questões de saúde mental.

Por fim, sobre o **indicador 3.3**, reforçando a análise da OS, já era esperado um declínio nas ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas, resultado da mudança drástica na equipe da regional BH/RM/CM e na gestão social. Corrobora esse aspecto o fato de que a equipe da regional ZM manteve o alcance da meta esperado. Contudo, além da diretriz de priorização da repactuação do vínculo e da parceria da equipe com as Unidades Socioeducativas, a DPJ tem mantido ordinariamente reuniões de alinhamento mensais com a Diretoria de Orientação Socioeducativa da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (DOS/SUASE) e realizará, no próximo dia 04/05 uma reunião com os diretores gerais, de atendimento das Unidades Socioeducativas de Internação e Casas de Semiliberdade para repactuação de fluxos e aproximação da parceria entre a SUPEC e SUASE.

Área Temática 4: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
15.300	18.048	118%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
74%	69%	93,2%

Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
1.125	1.006	89,4%

Com o objetivo de introduzir as análises, reitera-se, conforme apontado pela OS, que o indicador 4.2 não sofreu alteração na meta pactuada. No entanto, cabe ponderar, que além do indicador 4.1 o 4.3 também sofreu um aumento de 58.140 para 61.200 e de 4.140 para 4.500, respectivamente. Além disso, ambos indicadores tiveram alterações nas descrições das modalidades contabilizadas.

Conforme considerações apontadas no período avaliatório anterior, a Unidade de Prevenção à Criminalidade de Belo Horizonte mudou de endereço, o que proporcionou uma estrutura mais adequada para o desenvolvimento das frentes de trabalho.

Destaca-se, ainda, que nesse período a Unidade de Prevenção à Criminalidade do município de Araguari deixa de apresentar resultado nulo para o indicador 4.2.

Adicionalmente, a UPC de Varginha segue apresentando sem resultado, devido ao fato de que a mesma ainda não havia sido implantada no período em análise. A previsão é que as atividades se iniciem no mês de maio, com a conclusão da estruturação da sede e a contratação integral da equipe.

Além das capacitações citadas pela OS, salienta-se as ações da DAL/SUPEC para o acompanhamento da gestão social de cada município. Visando retomar o planejamento apresentado pela gestão para o ano de 2023 e construir a execução das frentes de trabalho de forma alinhada com a metodologia do programa e com as metas pactuadas, foram realizadas visitas presenciais nos municípios de Araguari, Betim, Contagem, Santa Luzia, Sete Lagoas, Uberaba e Uberlândia. Nos demais municípios as ações foram realizadas através de videoconferências.

Município	Data
Araguari	13/02/2023; 07/03/2023
Betim	14/03/2023
Contagem	16/02/2023
Divinópolis	09/02/2023
Governador Valadares	16/03/2023
Ibirité	08/02/2023
Ipatinga	15/02/2023
Juiz de Fora	09/02/2023
Montes Claros	02/02/2023
Santa Luzia	28/03/2023
Sete Lagoas	30/03/2023
Uberaba	09/03/2023
Uberlândia	08/03/2023
Vespasiano	16/03/2023

Quanto ao **indicador 4.1**, nota-se que ocorreu a superação da meta para o período avaliatório. Faz-se necessário corrigir o texto das cinco modalidades contabilizadas no referido indicador.

Apesar do salto do número de atendimentos de fevereiro para março, conforme apontado pela OS, faz-se necessário ainda destacar que no mês de fevereiro o desempenho foi de aproximadamente 98,8%. Ressalta-se que o não alcance da meta no referido mês não impactou todo o período, pois conforme já mencionado a meta geral foi superada.

O aumento gradativo dos atendimentos individuais realizados, no momento da inscrição de novas pessoas em cumprimento de alternativas penais, aponta para o cumprimento das orientações construídas pela DAL/SUPEC junto a gestão social para fins de impulsionar as portas de entrada e fortalecer o fluxo de encaminhamentos das penas e medidas alternativas penais à prisão.

Esse fortalecimento já começa a ser identificado no município de Araguari que, apesar de não ter alcançado a meta da UPC, apresentou um aumento progressivo no número de atendimentos. Inclusive 61% do quantitativo realizado no trimestre foram executados no mês de março. Portanto, espera-se a permanência desse progresso nos próximos períodos.

Com o alcance da meta também é possível observar o cumprimento da orientação de contemplar estratégias para minimizar o impacto vivenciado durante o recesso forense, já que se trata de algo previsto no calendário anual do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG. Conforme apontado pela OS, o referido recesso impactou os atendimentos de inscrição no mês de janeiro, mas não reverberou na meta geral do período avaliatório.

Diante do destaque apresentado pela OS, dos grupos realizados: grupos de inicialização (GIs), grupos de acompanhamento (GAs) e Projetos de Execução de Alternativas Penais e Ações de Responsabilização (PEAPs), observam-se avanços nas orientações para realização de intervenções grupais a fim de qualificar a execução e otimizar o trabalho.

Todavia, **é importante seguir progredindo com tais intervenções, haja vista as análises trazidas pela OS, em referência aos municípios de Betim, Ribeirão das Neves e Uberaba.** Complementando a análise, verifica-se que essa superação da meta também ocorreu nos municípios de Juiz de Fora e Montes Claros. A modalidade de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC é desenvolvida de forma expressiva nos cinco municípios mencionados, o que também evidencia o número de atendimentos e acompanhamentos.

Observa-se também, que apesar da reestruturação do quadro de equipe, o município de Belo Horizonte organizou o trabalho priorizando as ações de atendimentos, inclusive grupais, que em março foi a modalidade que apresentou o maior número.

Apesar do alcance da meta deste indicador, **reitera-se a necessidade de apresentação de um plano de ação para a UPC de Divinópolis que segue apresentando um resultado insatisfatório.**

No **indicador 4.2**, a meta estabelecida para o período avaliatório não alcançada integralmente, apesar da execução bem próxima ao pactuado, chegando ao desempenho de 93,2%.

De forma alinhada com as análises da OS, ressalta-se a importância do aprimoramento e investimento com relação à regularidade do monitoramento da

alternativa penal, posto que é uma ação prioritária e contínua do programa.

Analisando individualmente, observa-se que a maioria dos municípios foi alcançada a meta por UPC (meta interna), o que pode significar um início no avanço e no aprimoramento necessário para o monitoramento das alternativas penais. Inclusive os municípios de Vespasiano e Uberlândia, citados no relatório anterior como metas não alcançadas, conseguiram reverter o quadro e atingiram o resultado desejado, bem como a UPC de Araguari, conforme já citado. Inclusive, tal município apresenta o alcance de uma meta acima do previsto, pois, conforme apontado pela OS, no mês de março foi realizada apenas uma baixa por cumprimento integral, panorama “típico de tempos iniciais do acompanhamento dos processos”, pois àqueles irregulares ainda estão sob as intervenções metodológicas do programa.

Além disso, apesar do não alcance da meta, observa-se que o percentual de cumprimento apresentou um aumento progressivo, chegando no mês de março bem próximo ao esperado.

A OS aponta que “as alternativas penais de Prestação de Serviços à Comunidade e Penas Pecuniárias contribuíram consideravelmente para o não alcance do indicador”. No entanto, cabe ponderar que somente na modalidade de PEAP a meta foi atingida nos três meses do período analisado.

Ainda em complemento, os municípios de Ipatinga e Betim permanecem com o resultado aquém da meta. No entanto, em no município de **Betim**, tal situação é revertida no mês de março, o que não ocorre em Ipatinga. Portanto, **reitera-se a sugestão para que a OS aprimore as próximas análises e apresente um plano de ação para a UPC de Ipatinga**, que exibiu um resultado insatisfatório durante o ano de 2022.

Reforça-se a importância de seguir investindo na regularização do cumprimento da alternativa penal em tempo hábil, pois ambos os municípios seguem apresentando números significativos de descumprimento de casos com pessoas inscritas em anos anteriores a 2022.

Cabe ainda destacar os dados apresentados para o município de Sete Lagoas que, apesar de se mostrarem satisfatórios no mês de janeiro, nos meses subsequentes apresentaram um declínio.

Corroborar-se com a análise apresentada pela OS da necessidade de “investir em articulações de rede – em volume e constância [] a fim de que, além da Central, as instituições também contribuam na regularização da alternativa penal e consequente integralização das horas determinadas”. Mas, **cabe ressaltar que processos ativos - regulares ou irregulares - não compõem o cálculo do indicador 4.2, que considera somente o universo de processos baixados (por descumprimento, cumprimento integral ou indulto concedido pelo Poder Judiciário)**.

Foi importante o alcance da meta no indicador 4.1, porém segue o desafio dos atendimentos reverberarem nos índices de cumprimento em todas as modalidades de alternativas penais acompanhadas pelo Programa CEAPA.

No **indicador 4.3**, faz-se necessário também retificar o texto das modalidades contabilizadas, assim como no indicador 4.1.

Reitera-se a constatação de que a meta das ações de rede para o período não foi atingida, além de um declínio quando comparado ao período anterior.

Percebe-se uma **fragilidade na construção de um plano de ação para superar esse cenário**, haja vista que a meta pactuada para indicador 4.3 não vem sendo alcançada desde o ano passado.

Faz-se, portanto, necessário reforçar a orientação geral do programa para que a gestão social de cada município direcione as forças de trabalho a partir da análise de cada elemento que compõe a leitura deste indicador, visando potencializar as diversas modalidades de ações de rede quando outras estiverem prejudicadas por motivos diversos.

Sugere-se **um plano de ação para a UPC de Ipatinga**, que também exibiu um resultado insatisfatório nesse indicador, tendo sido alcançado a meta somente durante um mês nos três indicadores (foram realizados 383 atendimentos no mês de março de 2023).

De forma alinhada com as análises apresentadas pela OS, a DAL/SUPEC considera a atipicidade vivenciada no município de Belo Horizonte no tocante a estruturação do quadro de equipe e seu impacto no desempenho desse indicador, pois se recua da frente de trabalho junto à rede de apoio. Ressalta-se que o processo de capacitação para os novos profissionais de Belo Horizonte é uma ação que se propõe para potencializar o trabalho e os atendimentos ao público-alvo.

Apesar de não atingir o número desejado, observa-se que a maioria dos municípios alcançou a meta pactuada, destacando os resultados apresentados pelos municípios de Araguari, Ribeirão das Neves e Vespasiano que investiram nessa frente de trabalho e intensificaram as articulações de rede como uma ação estratégica para superar os desafios em seus respectivos municípios – “*necessidade de fortalecimento do Programa no município, encontros de rede tem se mostrado mais efetivos do que as tratativas quanto à mudança de referência*”.

Além disso, nota-se um aumento gradativo das ações do Programa junto à rede no decorrer dos meses, chegando, no mês de março, ao desempenho de 98%. Portanto, espera-se a permanência desse progresso para favorecer o alcance da meta. Cabe destacar que ao longo dos meses não foi identificado progresso no município de Governador Valadares, pelo contrário, observa-se um declínio no desempenho de apenas 25% no mês de março.

Por fim, corroborando com o Instituto ELO, o alcance deste indicador pode impactar no alcance do indicador 4.2.

Área Temática 5: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Indicador 5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
5.886	5.584	94,86%

Indicador 5.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório		
Meta	Resultado	Desempenho
78%	80,0%	102,56%

Indicador 5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
432	509	117,82%

Preliminarmente, ressalta-se que a Diretoria de Atendimento à Pessoa Egressa do Sistema Prisional – (DIE/SUPEC) tem emanado diretrizes, constantemente, aos profissionais da OS responsáveis pelo acompanhamento das equipes técnicas, buscando qualificar o trabalho realizado nos 15 municípios de atuação do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) para favorecer o acesso do público aos serviços disponibilizados. Nesse sentido, as pontuações realizadas neste RM considerarão as orientações já emanadas.

Outro ponto a ser destacado se refere às descrições de todos os indicadores (5.1, 5.2 e 5.3) apresentadas pela OS (P.54-55; 59 e 62). Conforme Anexo II do Plano de Trabalho do VII do Contrato de Gestão de 2023, houve alteração na descrição destes indicadores, necessitando assim que a OS faça a adequação, uma vez que as apresentadas no relatório já não condizem com a nova redação.

Isto posto, e analisando os dados apresentados em relação ao **indicador 5.1**, a meta prevista não foi alcançada plenamente. A meta cumulada estabelecida para tal indicador foi de 5.886 atendimentos, e o alcance foi de 5.584 atendimentos, correspondendo a 94,86% da meta. Houve um aumento no número de atendimentos realizados, considerando o período anterior, cujo resultado alcançado foi de 93,43% .

Considerando o relatório apresentado pela OS, chama atenção o resultado alcançado por alguns municípios, sendo eles:

- Belo Horizonte: em relatórios de monitoramento anteriores, já foi pautada a necessidade de qualificação do trabalho nesse município, considerando o número de profissionais contratados. Belo Horizonte é o único município que possui um total de 8 analistas sociais atuando no programa, o que não tem refletido na quantidade de pessoas atendidas no município. Justifica a OS (P.55) que a mudança de endereço da Unidade de Prevenção à Criminalidade, dentre outras razões, continua impactando no número de atendimentos realizados, pela não chegada do público. Ocorre, porém, que a mudança de imóvel ocorreu no mês de dezembro de 2022, tendo sido toda a equipe orientada (estagiários, analistas, supervisores metodológicos, gestores sociais e supervisão da gestão) no sentido da necessidade de realização de contato com o público acompanhado, informando acerca dessa mudança antes que ela ocorresse. Algumas instituições da rede parceira, ainda não foram informadas da mudança de endereço, o que não se justifica no presente momento. Outrossim, esse município não vem alcançando os números desejados desde o ano de 2022. Conforme informado no relatório de monitoramento anterior, a UPC de Belo Horizonte não alcançou a meta específica pactuada em vários meses do ano anterior. Vislumbra-se, portanto, **a necessidade de qualificação do trabalho realizado a fim de se alcançar os resultados esperados.**

- Divinópolis: embora o número de atendimentos realizados no mês de janeiro tenha ficado muito abaixo do esperado, observa-se uma melhora significativa nos meses de fevereiro e março/2023. Importante **dar continuidade às ações pactuadas para que os atendimentos continuem alcançando os patamares desejáveis.**

- Ibirité: observa-se um aumento significativo no mês de março, o que é positivo. Contudo, nos dois primeiros meses o número alcançado ainda esteve abaixo do esperado, o que carece atenção por parte da OS.

- Governador Valadares: em relatórios anteriores, já foi pontuada a necessidade de um acompanhamento mais próximo da equipe desse município pela OS, já que no ano de 2022 a meta pactuada não foi alcançada em nenhum mês do ano. No período avaliatório, ora em apreço, percebe-se uma queda brusca do número de atendimentos realizados no mês de fevereiro. Justifica a OS que a trimestralidade das assinaturas tem impactado nos números alcançados em razão da menor circulação do público na UPC nos meses em que essa coleta não ocorre (P.56). Estranha-se, contudo, que no mês de março (que não há coleta de assinaturas) o número de atendimentos foi de 92, em contraposição ao número de 47 atendimentos realizados em fevereiro.

Ressalta-se novamente **a necessidade de qualificação do acompanhamento realizado do público pela equipe técnica e maior vinculação** para que esse retorne para atendimento pelo PrEsp. Também é preciso um **investimento maior por parte dos profissionais envolvidos nas ações de articulação de rede para criar fluxos de encaminhamento do público para o programa** aumentando, assim, a chegada para atendimentos na Unidade de Prevenção à Criminalidade;

- Juiz de Fora: relata a OS (P.56) uma queda no número de atendimentos em razão da menor quantidade de dias úteis em um dos meses abarcados pelo período avaliatório. Contudo, o número alcançado por esse município continua além do esperado, o que também precisa ser avaliado, uma vez que um número muito alto de atendimentos pode impactar em outras frentes de trabalho. A mesma ponderação cabe para o município de Ribeirão das Neves.

- Montes Claros: a OS justifica o não alcance da meta pactuada especificamente para esse município pelas férias dos analistas e ausência de estagiário. Mais uma vez frisa-se a necessidade de organização antecipada das equipes para os momentos de férias de seus integrantes, já que a marcação se dá de forma antecipada. É possível organizar o trabalho para que o atendimento ao público não seja prejudicado nesses momentos. Por outro lado, justifica-se também o não alcance da meta em razão da não contratação de estagiário. Ocorre, porém, que o número de estagiários não é utilizado para fins de pactuação das metas do programa, embora compreenda-se a importância do trabalho realizado por esses profissionais.

- Sete Lagoas: os atendimentos realizados pela equipe desse município nos meses de janeiro e fevereiro ficaram muito abaixo do esperado, embora no mês de março tenha-se observado um aumento significativo. Destaca-se que o município de Sete Lagoas, em comparação aos demais municípios onde houve implantação mais recente do PrEsp (a saber, Divinópolis, Ibirité e Vespasiano), é aquele onde há um maior número de pessoas que são liberadas das unidades prisionais e residem no município. Os números apresentados por esse indicador, porém, não condizem com essa realidade, uma vez que o público não tem se apresentado em maior quantidade para atendimento. De todos os municípios citados (Divinópolis, Ibirité e Vespasiano) esse foi o que apresentou o menor número de atendimentos nesse período avaliatório. **Necessário, assim, que a OS intensifique o acompanhamento do trabalho realizado nesse município para que se possa alcançar o público a partir de novas estratégias de mobilização.**

- Uberaba: embora as ações coletivas no PrEsp sejam de grande importância, sobretudo as realizadas nas unidades prisionais, o principal trabalho do programa diz respeito ao acompanhamento ao público quando este já se encontra em liberdade. Embora esse seja o direcionamento dado pela DIE/SUPEC, justifica a OS que “boa parte dos atendimentos ainda se concentra em ações de grupo, que, por vezes, é afetada pela própria agenda dos serviços que recebem a equipe para execução dos grupos (Casas Abrigo, Unidade Prisional, CAPS, CRAS)” (P.55). Diante disso, apenas 34 atendimentos foram realizados no mês de fevereiro. Em março também não foi alcançado o quantitativo desejável. É **importante, portanto, que se qualifique o acompanhamento realizado com o público que chega à UPC para atendimento, bem como que sejam realizadas articulações com a rede parceira** para impulsionar o número de pessoas que comparecem ao programa pela primeira vez.

- Vespasiano: no mês de janeiro o quantitativo de atendimentos realizados foi baixo. A OS justifica que a “[...] equipe de Vespasiano apresentou neste trimestre o melhor desempenho desde a implantação, sendo verificável um aumento consistente e progressivo no número de atendimentos realizados.” (P.58). Embora o município tenha apresentado melhores resultados nos meses de fevereiro e março, ainda não foi possível alcançar os resultados desejáveis. Sugere-se, assim, que seja dada **continuidade às ações que geraram um melhor resultado** para esse indicador nos últimos meses a fim corroborar com o alcance da meta.

Quanto ao **indicador 5.2**, o resultado foi satisfatório e as justificativas apresentadas pela OS condizem com o trabalho que vem sendo executado. Ressalta-se, apenas, contradição no que se refere ao município de Uberlândia. Relata a OS que “o Município de Uberlândia, vem apresentando dificuldades para o alcance da meta, sendo tal fato atribuído à baixa adesão dos usuários aos agendamentos para retorno das questões acompanhadas.” (P.60). Embora a OS justifique o não alcance, a meta foi alcançada no percentual de adesão de 81%, havendo um aumento no número de inscrições, o que impactou no resultado desse indicador.

Solicita-se, mais uma vez, que a OS apresente nos próximos relatórios, tal qual é apresentado para os outros dois indicadores, não apenas o resultado total alcançado no período avaliatório, mas individualizado em cada mês para que haja um melhor monitoramento.

Quanto ao **indicador 5.3**, o resultado alcançado foi superior à meta estabelecida, alcançando o percentual de 117,82% da meta pactuada no período. Vale destacar, porém, os resultados apresentados pelos seguintes municípios:

- Belo Horizonte: no mês de janeiro o município realizou apenas 6 articulações de rede, número esse muito aquém do que deve ser executado. Contudo, em março o número alcançado já repercutiu o investimento nessa frente de trabalho. **Necessário que se mantenha as estratégias utilizadas** para que as

articulações não reduzam em grande número no próximo período avaliatório;

- Montes Claros: no mês de janeiro foram realizadas apenas 4 articulações de rede pela equipe desse município, sendo esse o menor número se comparado aos outros 14 municípios de execução do PrEsp. Justifica a OS que “A equipe apresentou grande oscilação quanto ao indicador de mobilização de rede neste trimestre onde em janeiro o número baixo pode ser explicado pelo gozo de férias de dois analistas, o que dificultou os esforços para as articulações. (P.63)”. É importante novamente ressaltar que **cabe à Gestão Social organizar os pedidos de férias dos Analistas para que não haja grandes impactos** na execução do trabalho durante esse período. Além disso, uma vez determinado o período de férias, é preciso que haja uma reorganização do trabalho. As articulações de rede não cabem apenas aos Analistas Sociais, mas também à Gestão Social, que é o ator responsável por representar o Programa no município.

Área Temática 6: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

Indicador 6.1 Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
33	18	55%

Indicador 6.2 Número acumulado de atendimentos a mulheres em situação de violência e a homens autores de violências contra a mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
315	969	307,62%

Indicador 6.3 Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal		
Meta	Resultado	Desempenho
42	245	544,44%

O Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e Responsabilização de Homens Autores de Violência, construído conjuntamente pelo Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA) e Programa Mediação de Conflitos (PMC) tem se desenvolvido de forma satisfatória, considerando a pluralidade das comarcas em que se inserem. A coordenação das atividades vem sendo realizada a partir da leitura singular de cada município, apresentando orientadores baseados na leitura estratégica dos cenários de implantação e desenvolvimento das atividades.

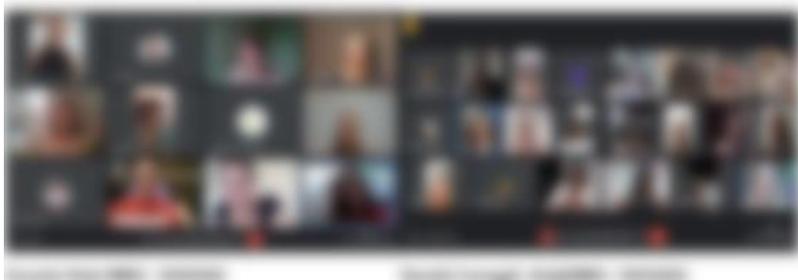
A fim de introduzir alguns elementos de análise que impactaram de forma geral o desempenho dos indicadores, cabe contextualizar que, no período em análise a implantação das três unidades previstas está em fase de conclusão, com a estruturação da UPC de Pouso Alegre.

Conforme informado nos relatórios anteriores, a unidade de Curvelo foi inaugurada em 28 de junho de 2022 e em Barbacena foi realizado o primeiro atendimento em dezembro de 2022. Já no município de Pouso Alegre, o processo de contratação e capacitação da gestão social e equipe técnica de analistas sociais ocorreram nos meses de fevereiro e março de 2023.



O gestor social iniciou suas atividades em Pouso Alegre no dia 06 de fevereiro de 2023, e a equipe técnica em 20 de março de 2023. Assim, o cronograma de capacitação dos analistas da equipe técnica do Programa CEAPA foi executado conforme o previsto, no período de 21 a 27 de março de 2023. Ressalta-se que a equipe do PMC, neste período em avaliação, ainda estava em processo de seleção pela OS para preenchimento das vagas.

Diante do exposto, observa-se que apenas os municípios de Barbacena e Curvelo estão respondendo pelos indicadores de todo o projeto neste período avaliatório. Somente a partir de fevereiro, tendo em vista o início do trabalho da gestão de Pouso Alegre, que houve a contribuição em apenas um dos três indicadores.



Na perspectiva de atuação da CEAPA, no que toca o **indicador 6.1**, cabe retomar que no município de Barbacena, a primeira reunião para pactuação do fluxo de encaminhamento das pessoas em cumprimento de determinação judicial para inclusão nas ações de responsabilização para homens autores de violências contra a mulher, ocorreu no dia 14 de dezembro de 2022, bem como a primeira inscrição no programa ocorreu em 19 de dezembro de 2022.

Diferente do ocorrido em Curvelo, com a pactuação do fluxo, os casos de medidas protetivas de urgência passaram a ser encaminhados para o programa nos meses subsequentes, o que inclusive possibilitou o início de um grupo no final do mês de fevereiro. O primeiro grupo também foi realizado no formato aberto, o que possibilitou o encaminhamento de todos os homens inscritos de forma imediata, independente da fase de execução dos encontros.

Já na UPC de Curvelo permanece ainda um número inferior de pessoas encaminhadas para o programa, o que consequentemente reflete no referido indicador. Conforme apontado pela OS, tal realidade se justifica pela “troca do juiz responsável pela Comarca e a consequente desestabilização dos acordos previamente estabelecidos com o Poder Judiciário”. Portanto, **reforça-se a já mencionada importância em avaliar de forma contínua a execução da porta de entrada do programa e visitar o fluxo pactuado, tomando essa frente como ação permanente da gestão social, de forma a impulsionar o número de novas inscrições**. O município segue com o formato de execução de grupo aberto, porém não foi possível o alcance da meta em nenhum dos meses.

Conforme supramencionado, embora a gestão social de Pouso Alegre tenha iniciado suas atividades, inclusive com a rede parceira do município, não foi possível contribuir com o indicador 6.1, haja vista que ainda não foi realizada a pactuação para fluxo de encaminhamentos para a CEAPA. Diante do exposto, fica evidente a impossibilidade de iniciar a execução de um grupo neste município. É esperado que nos meses subsequentes os encaminhamentos ocorram de forma regular e frequente, possibilitando o início do grupo.

Portanto, dos três municípios apenas dois – Barbacena e Curvelo – estão com o fluxo pactuado com o Poder Judiciário para encaminhamento para o programa CEAPA, executando os atendimentos aos homens autores de violência contra a mulher (atendimentos de inscrição, atendimentos individuais de acompanhamento e atendimentos grupais). Em um deles – Pouso Alegre, cuja implantação ainda é recente – o resultado ainda é muito incipiente, o que compromete o desempenho dos indicadores.

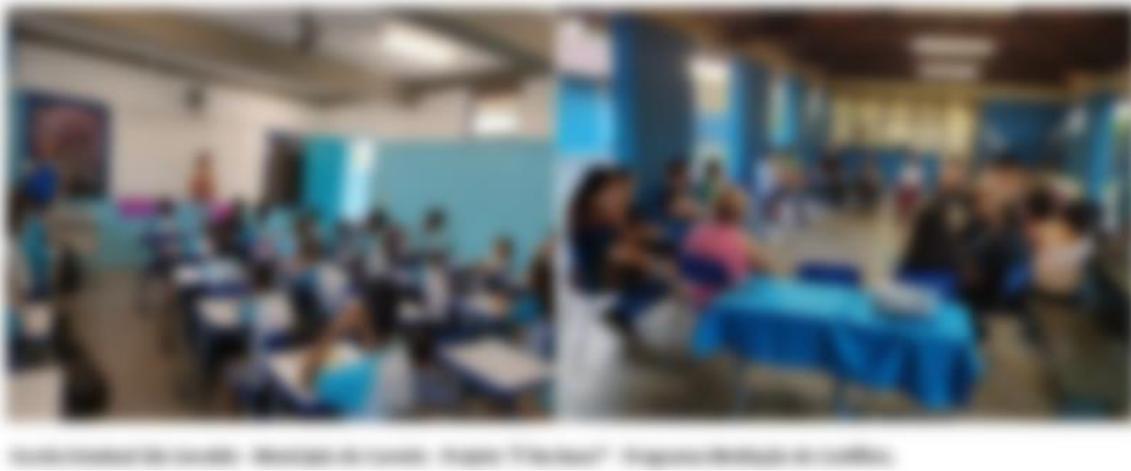
Embora a meta não tenha sido alcançada, observa-se uma considerável evolução no desempenho do indicador se comparada ao período anterior. Portanto, espera-se a permanência desse progresso nos próximos meses, inclusive a partir das três unidades em pleno funcionamento.

Ainda no que se refere à atuação da CEAPA, no **indicador 6.2**, destaca-se que, embora a meta tenha sido atingida, a fragilidade na porta de entrada e no fluxo de encaminhamento para o programa no município de Curvelo acarretou o baixo número de casos inscritos para acompanhamento, o que comprometeu consequentemente o número de atendimentos.

Já no município de Barbacena, com uma porta de entrada mais favorável, é possível perceber um avanço do número acumulado de atendimentos realizados pelo projeto no âmbito da CEAPA ao longo dos meses. Destaca-se que a não pactuação do fluxo com o Poder Judiciário no município de Pouso Alegre também impacta no indicador de atendimento.

No que se refere à perspectiva de atuação do PMC, corrobora-se com a análise da OS no que toca o indicador 6.2, compreendendo que as três equipes se encontram em momentos distintos.

Curvelo apresenta resultados satisfatórios, com crescimento quantitativo e qualitativo em sua execução. A diretriz da DPM/SUPEC para realização do projeto institucional “É na base” potencializou o indicador em questão no referido município.

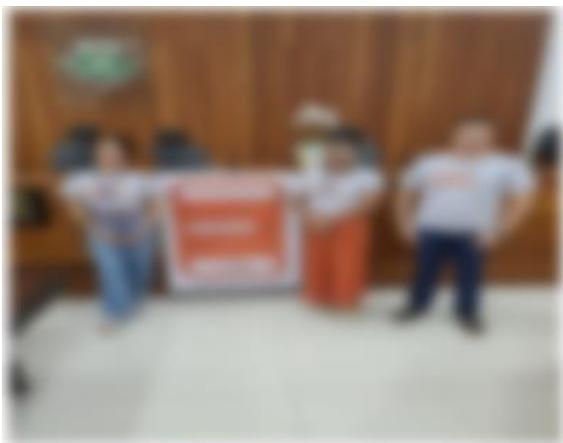


A equipe de Barbacena finalizou o diagnóstico para a implementação estratégica das atividades em janeiro, sendo os meses de fevereiro e março focados na construção de vínculos e intervenções estratégicas. Neste período, também houve mudanças na equipe, com uma das analistas de licença maternidade, sendo substituída por outra profissional, algo que também reverbera no trabalho. Tais entraves não foram motivos para o não desenvolvimento e empenho da equipe ao longo do trimestre, algo que pode ser percebido ao longo de cada mês: 14 atendimentos em janeiro, 12 em fevereiro e 109 em março/2023.



A equipe de Pouso Alegre iniciou suas atividades em março, ainda de forma incompleta. O preenchimento da última vaga de analista para o PMC já está em andamento, conforme mencionado. A chegada da equipe ainda não gerou impacto nos indicadores do período avaliatório em questão, uma vez que o processo de formação ainda está em execução.

Ressalta-se que, além do desenvolvimento do projeto institucional “É Na Base!”, as equipes desenvolveram diversos projetos de prevenção junto às redes parceiras do município durante o mês de março, marcando o “Dia Internacional da Mulher”, contexto que possibilita o desenvolvimento estratégico de intervenções relativa ao acesso à direitos e a prevenção às violências contra a mulher. Tais ações impactaram no maior alcance do público alvo, além do fortalecimento de vínculo entre o PMC, rede de proteção e a comunidade atendida.



No **indicador 6.3**, nota-se que ocorreu o alcance da meta. Cabe reforçar que, em decorrência do mês da mulher, as equipes estiveram presentes em diversos espaços da rede parceira, o que também pode ter contribuído para a superação do referido indicador.

A partir da contratação da gestão social e equipe técnica do município de Pouso Alegre, diversas ações de articulação rede foram executadas. Foram

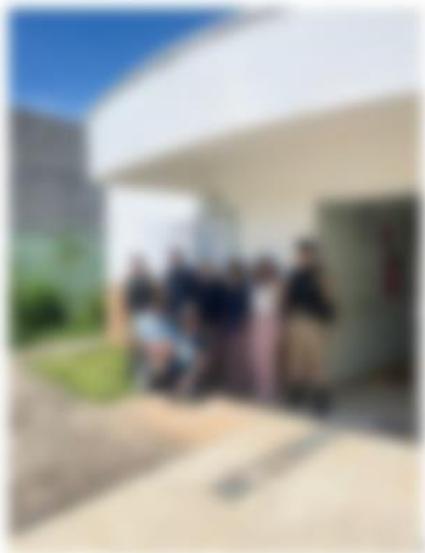
levantadas 28 ações do projeto junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal.

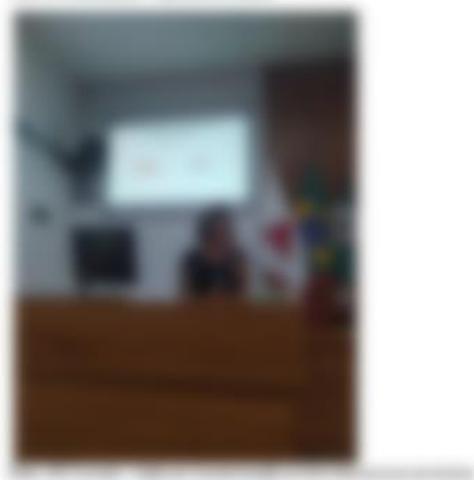
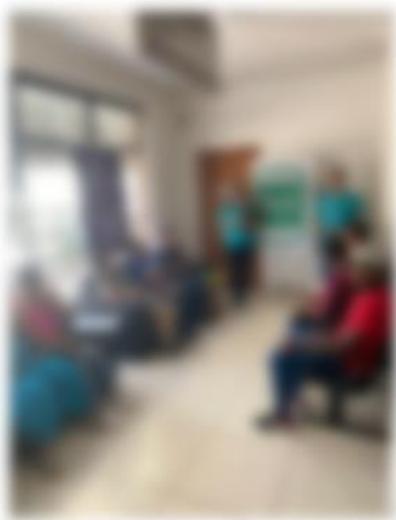
Insta destacar a importância dessa frente para a implantação e consolidação dos programas, tendo em vista a necessidade de apresentar e divulgar o serviço e, sobretudo, construir e pactuar fluxos que fortaleçam o acesso do público aos serviços e equipamentos de proteção social, garantia de direitos, além de robustecer a parceria do projeto com os órgãos do Sistema de Justiça Criminal.

Embora a gestão social de Pouso Alegre tenha contribuído com o êxito no indicador de rede, cabe salientar que, conforme supracitado, ainda não foi possível a pactuação do fluxo de encaminhamento das pessoas em cumprimento de determinação judicial para inclusão nas ações de responsabilização para homens autores de violências contra a mulher.

Apesar dos três municípios apresentarem um bom resultado nesse indicador, **reitera-se a importância no investimento dessa frente de trabalho, principalmente a partir das articulações de rede desenvolvidas pela gestão social.**

Destaca-se o bom desempenho desse indicador do município de Barbacena que segue tendo investimento da gestão social nas ações com o Poder Judiciário e assim consolidando e fortalecendo o Programa Ceapa. Embora Curvelo e Pouso Alegre realizem ações junto à rede de apoio, ainda se espera que ocorra um impacto prático dessas ações na consolidação do programa nos municípios, inclusive com o fortalecimento da porta de entrada e do número de pessoas encaminhadas para a CEAPA, impactando positivamente nos demais indicadores.

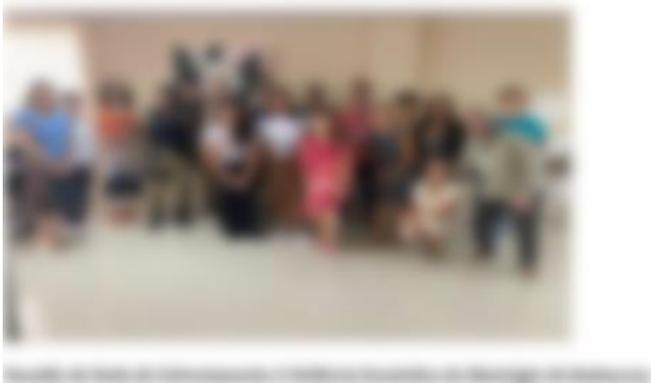




No que se refere ao PMC, o **indicador 6.3** é de suma importância para atuação assertiva do programa, pois a prevenção e o enfrentamento às violências dependem diretamente de uma articulação de rede estratégica, que favoreça o acesso a direitos e a proteção do público atendido. Corrobora-se com a OS sobre o trabalho da equipe de Curvelo junto a rede de proteção, pois este município não tem uma rede especializada no atendimento à mulher em situação de violência, mas que, junto à gestão social, tem fomentado espaços estratégicos para discussão da temática, estabelecendo um espaço da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher como principal canal de diálogo com atores estratégicos do município, para a construção de fluxos de atendimento e discussão de caso.

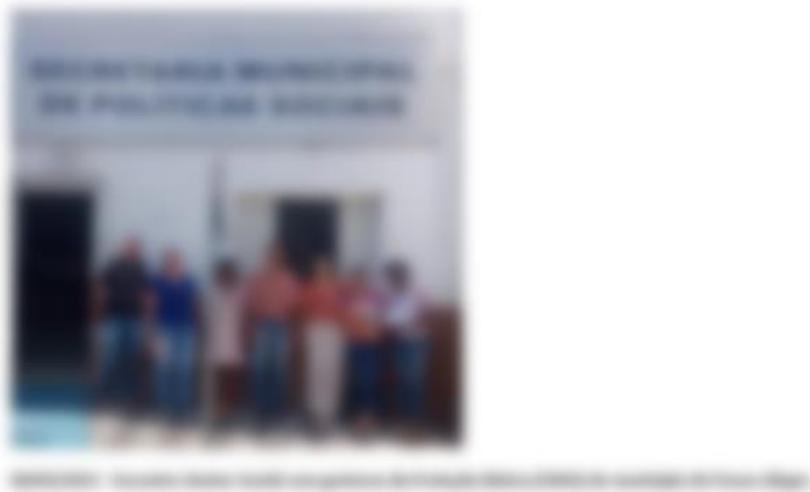


No município de Barbacena tem-se um cenário diferente: o entrave que a equipe de analistas e gestão social apresenta é a existência de uma rede já estruturada dentro do município, que apresenta dificuldades à entrada de uma nova instituição. Neste caso, a gestão social vem estabelecendo diálogos com o município para construir intervenções que potencializem o que já é executado com excelência no município, mas também apresentando estrategicamente o objetivo e a forma de atuação do Programa Mediação de Conflitos na Rede, pontuando a importância da existência de uma política pública com foco nas mulheres em situação de vulnerabilidade social e baixo capital social, sendo este serviço público ponte para que as mesmas acessem a rede existente e seus direitos.



Mesmo frente aos desafios destacados em Barbacena, ao analisar o indicador 6.3 percebe-se que as intervenções realizadas junto à rede de proteção social têm se potencializado, demonstrando o esforço da equipe em realizar um acompanhamento multidisciplinar e interinstitucional dos casos atendidos.

No caso de Pouso Alegre, embora a equipe seja contratada pela OS no final do trimestre avaliatório em tela, é importante pontuar que a gestão social já tem fomentando junto a rede de proteção social do município a entrada do PMC, enfatizando as diversas frentes de atuação do programa e desenvolvendo parcerias e fluxo de atendimento com as instituições.



Área Temática 7: Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
75	166	221,33%

Indicador 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
210	271	129%

Indicador 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
30	102	340%

Em relação ao **indicador 7.1**, nota-se a superação em 121,33% da meta estabelecida. Como mencionado pelo RGR, tal índice não significa, necessariamente, que as metas estão aquém da capacidade de execução da equipe, tendo em vista alguns motivos:

1. Início de um novo eixo do Programa (Certifica em Patos de Minas), demandando mais ações de articulações iniciais – apresentação do programa, convites e articulação para os membros da comissão, dentre outras – o que se reduz em um segundo momento;
2. Transição dos indicadores – primeiro trimestre em que os novos indicadores estão sendo monitorados, considerando que não havia um valor de referência inicial para mensurar a meta.

Além disso, para o momento inicial, tende-se a ampliar o número de municípios que são contactados para a elaboração do plano de ação anual (em janeiro foram 18 municípios), sendo esse número reduzido logo após (em março, por exemplo, foram 4).

Todavia, faz-se necessário um **acompanhamento próximo da execução do Programa na RISP para a reformulação/reajuste das metas**, caso se constate essa necessidade. Portanto, para o próximo período avaliatório, elenca-se a necessidade desse monitoramento mais crítico para a avaliação das metas previstas para o ano.

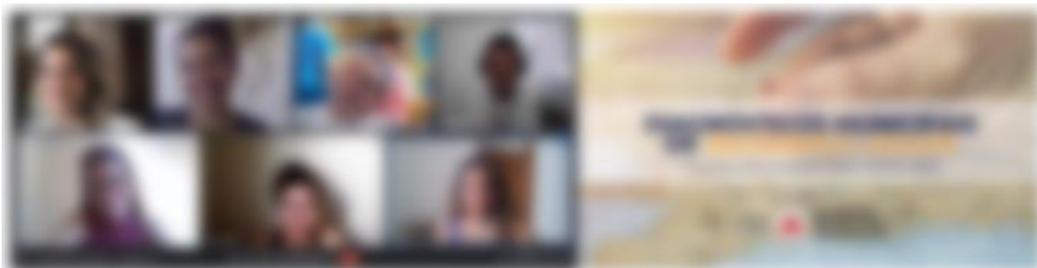
Ademais, sinaliza-se o esforço conjunto da Coordenação Estadual e Supervisão Metodológica para instrumentalizar a equipe quanto ao necessário para a execução do programa e o alcance das metas, bem como o suporte em algumas articulações estratégicas mais específicas. Nesse sentido, destaca-se a visita presencial da Coordenação Estadual, juntamente com a Gestão Social e a Supervisão Metodológica ao município de São Gotardo para reunião inicial e apresentação da possibilidade de parceria para o eixo Certifica do Programa.



No tocante ao **indicador 7.2**, também houve superação da meta estabelecida em 29,04%, portanto, caminha-se dentro da normalidade, tendo em vista que as participações nos espaços de formação propostos pelo programa que sempre tenderá a variar para mais ou para menos.

Destaca-se, conforme trazido no RGR, que nos meses de janeiro a março houve apenas uma temática abordada nos espaços formativos, sendo ela: “Redes: Desafios e possibilidades na construção de espaços de trabalho integrado”. Tal fato já era esperado, considerando que essa é a primeira capacitação ofertada aos municípios, bem como no primeiro período avaliatório, sendo cinco das sete atividades de formação ofertadas foram para municípios que ainda não haviam sido alcançados.

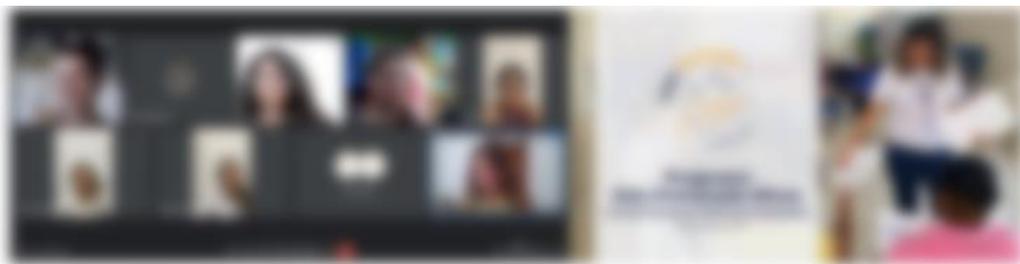
Para os próximos meses **será necessária a diversificação das temáticas das atividades de formação, bem como dos formatos – incluindo mais de um município em uma única capacitação**. Assim, destaca-se a capacitação “Diagnósticos Municipais de Segurança Cidadã”, ministrada pela Coordenadora Estadual, com o objetivo de expandir o repertório das temáticas possíveis de capacitações a serem ofertadas pela equipe do Programa na Risp 10:



Assim como os demais indicadores, o **indicador 7.3** superou a meta estabelecida em 240% no trimestre avaliado. Tal variação alta pode ser justificada pelos elementos:

1. Transição dos indicadores (primeiro trimestre em que os novos indicadores estão sendo monitorados);
2. Oportunidade de realização de atividades de participação social outrora não vislumbradas, tendo em vista o mês da mulher, tanto a convite de outras instituições do município, quanto de ações propostas pela equipe técnica;
3. Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade, com muitos membros indicados e alta adesão dos participantes às reuniões.

Ainda no sentido do esforço conjunto da Coordenação Estadual e Supervisão Metodológica do Programa Selo para instrumentalizar a equipe quanto ao necessário para a execução do programa e o alcance das metas, destaca-se a capacitação na metodologia da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade para a equipe de Patos de Minas e a presença da Coordenação Estadual na primeira reunião da Comissão Municipal, auxiliando na condução dos trabalhos.



Atividade Metodológica de Gestão Metodológica de Prevenção Social à Criminalidade



Atividade de Capacitação de Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Área Temática 8: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 8.1. Número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
60	80	133,33%

Indicador 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
196	235	119,8%

Indicador 8.3. Número acumulado de participantes em Capacitações		
Meta	Resultado	Desempenho
28	1.401	

Indicador 8.4. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto		
Meta	Resultado	Desempenho
15	8,5	176,5%

No que se refere aos novos indicadores propostos na referida área temática, **sugere-se o aprofundamento na análise qualitativa acerca da supervisão da gestão e metodológica – indicadores 8.1 e 8.2.** Considerando a atuação das supervisões no âmbito do desenvolvimento dos gestores e da atuação metodológica das equipes, avalia-se a importância que a OS possa, ao menos nesse primeiro momento, elencar os elementos explicativos sobre os pontos de desenvolvimento trabalhados, os gargalos enfrentados, dentre outros, para fins de agregar às informações sobre o trabalho e ampliar a compreensão para os integrantes das comissões de monitoramento e de avaliação do Contrato de Gestão.

Sobre o **indicador 8.3**, esta Comissão de Monitoramento pontua a necessidade de reavaliação da meta, considerando que o desempenho fora acentuadamente extrapolado. Acredita-se que por se tratar de novos indicadores, é importante recalibrar a mensuração a fim de que a mesma seja factível. **Considera-se ainda relevante pontuar aspectos qualitativos das capacitações desenvolvidas e seus objetivos, o desenvolvimento dos profissionais da política, a aderência aos desafios e questões atinentes à execução dos trabalhos.**

Adicionalmente, seguem abaixo algumas considerações das atividades executadas neste período avaliatório por programa:

- PROGRAMA CEAPA

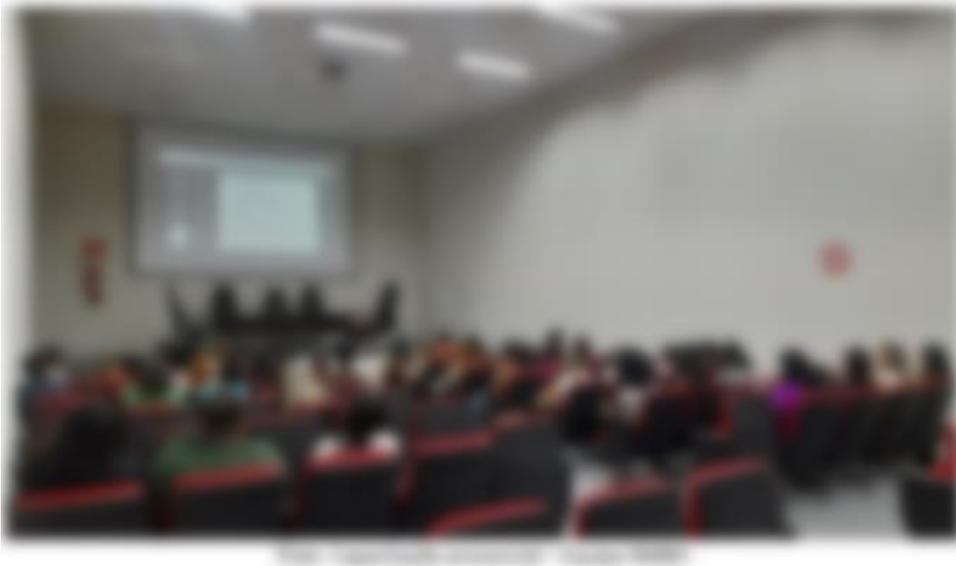
De forma complementar aos resultados apresentados pela OS, cabe acrescentar os encontros formativos e de capacitação promovidos pela DAL/SUPEC:

Tema: Capacitação – Indicadores e Instrumentais do Programa Ceapa

Data: 01 de fevereiro de 2023 (Presencial e Videoconferência)

A capacitação objetivou apresentar para toda a equipe técnica do programa (analistas, gestores sociais e estagiários) as alterações realizadas no texto dos indicadores 4.1 e 4.3 e conseqüentemente nos instrumentais do programa, principalmente as Planilhas de Monitoramento e de Inscrição.

Na parte da manhã, a capacitação foi realizada no formato presencial para as equipes da RMBH, e à tarde foi realizada por videoconferência para os municípios do interior.



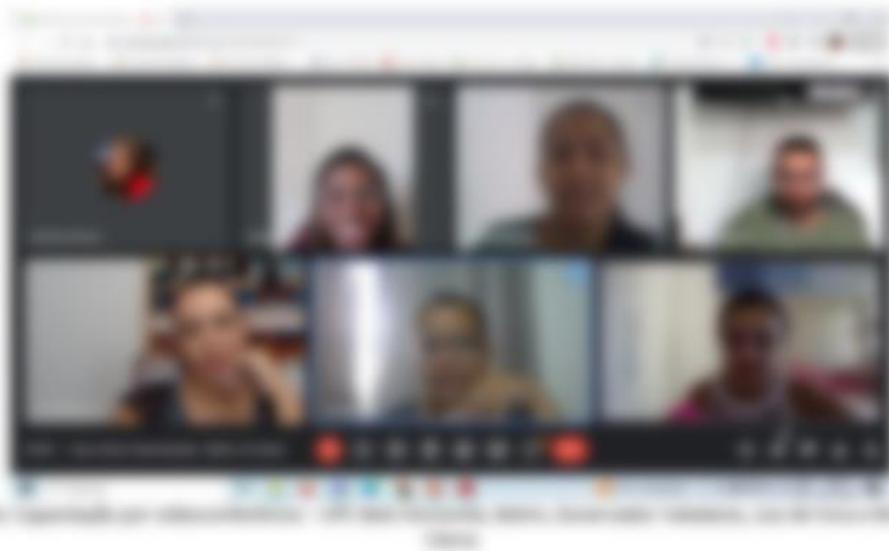
Tema: Capacitação introdutória para novos analistas sociais

Datas: 08 (presencial) e 10 (videoconferência) de fevereiro de 2023.

23 de março de 2023 (videoconferência)

Uma parte do conteúdo programático das capacitações introdutórias foi conduzida pela Diretoria de Alternativas Penais com a finalidade de apresentar a Política de Prevenção à Criminalidade executada no Estado de Minas Gerais. Neste momento são trabalhados os métodos de avaliação do programa, instrumentais e planilhas utilizadas e sua transversalidade com a leitura de metas e indicadores da Ceapa.

Participaram dessa capacitação os profissionais contratados para atuar nas unidades dos municípios de Betim, Belo Horizonte, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros e Santa Luzia.



Por fim, no tocante a apresentação dos dados de execução dos encontros formativos e capacitações das equipes técnicas, destaca-se a capacitação do dia 29 de março de 2023, citada pelo OS, que contou com a participação da DAL/SUPEC.

Tema: Capacitação Temática do Programa Ceapa – “Ações de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher: perspectivas de atuação e metodologias”

Datas: 15 e 29 de março de 2023

A capacitação temática sobre violência de gênero teve como objetivo qualificar a execução metodológica do programa CEAPA a partir do alinhamento com a Política Nacional de Alternativas Penais, bem como o desenvolvimento e o aporte teórico às equipes sobre a temática, aprimorando assim as técnicas e intervenções a serem aplicadas no trabalho com o público.

Participaram dessas capacitações toda a equipe técnica que atua no programa (analistas, gestores sociais e estagiários). Os municípios da RMBH participaram de forma presencial e foi realizada, simultaneamente, a transmissão para os municípios do interior.



Atividade de capacitação promovida pela OS e DAL/SUPEC.

- **PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER**

Ainda em complementaridade aos resultados apresentados pela OS, cabe acrescentar os encontros formativos e de capacitação promovidos pela DAL/SUPEC no âmbito do projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência.

Tema: Capacitação introdutória para a Gestão Social - Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência.

Datas: 13 de fevereiro de 2023.

A reunião objetivou promover um espaço de apresentação e acolhida do novo gestor social no município de Pouso Alegre. Inicialmente, introduziu-se a Política de Prevenção à Criminalidade executada no Estado de Minas Gerais, abordando, especificamente, o recorte de atuação no âmbito das ações de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher. Por fim, apresentou-se o plano de trabalho, contemplando as metas e indicadores pactuados para o projeto.

Participaram dessa capacitação o gestor do município de Pouso Alegre, a Supervisão Metodológica/OS e a DAL/SUPEC.

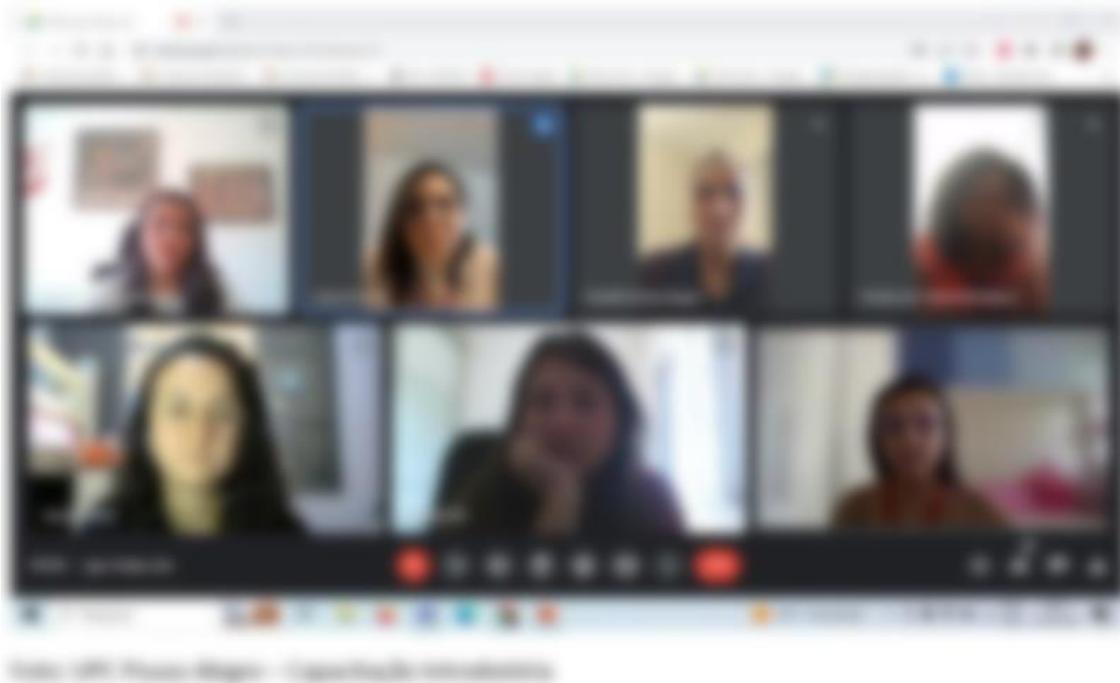
Tema: Capacitação introdutória para a equipe do projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência.

Datas: 21, 22, 23, 24 e 27 de novembro de 2022

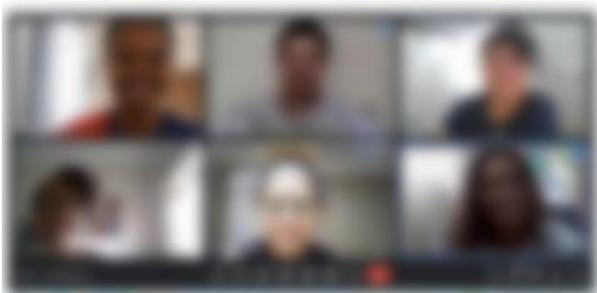
Inicialmente, o primeiro módulo da capacitação introdutória foi conduzido pela OS e DAL/SUPEC com a finalidade de apresentar a Política de Prevenção à Criminalidade executada no estado de Minas Gerais a partir do modelo nacional de gestão em alternativas penais, abordando, especificamente para o projeto o recorte de atuação no âmbito das ações de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher. Nesse momento é apresentada a perspectiva de trabalho e a metodologia desenvolvida no âmbito do Programa.

O segundo módulo da capacitação abordou os métodos de avaliação do programa e os instrumentais utilizados e sua transversalidade com a leitura de metas e indicadores da Ceapa.

Participaram dessa capacitação os profissionais da gestão social e analistas sociais contratados para atuar na UPC de Pouso Alegre.



No período avaliatório a supervisão metodológica do Programa Mediação de Conflitos iniciou o acompanhamento das equipes do Projeto, anteriormente realizado pela Gerência da Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher. O envolvimento da supervisão metodológica potencializou o olhar ampliado da prática destes territórios e favoreceu com que as equipes participassem de forma ativa dos encontros de formação com as demais equipes do PMC.



Realização de acompanhamento de equipes do PMC - Curitiba - 08/02/2023



Realização de acompanhamento de equipes do PMC - Curitiba - 07/02/2023

26/01/2023- Encontro de Formação : “Dinâmica das violências e criminalidade”

O Encontro de Formação teve como objetivo a discussão sobre segurança pública cidadã, como estratégia para o enfrentamento às diversas violências dentro do território de atuação, e contou com a participação da Subsecretária de Prevenção à Criminalidade, Andreza Rafaela Abreu Gomes Meneghin.

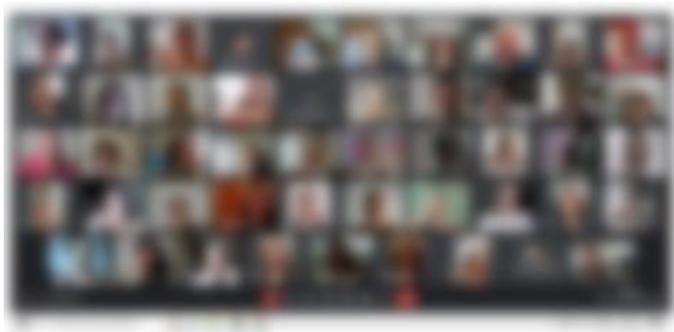
Quantidade de participantes: 112



30/01/2023- Capacitação sobre os Novos Instrumentais do PMC

Apresentação das alterações de alguns instrumentos de monitoramento e atendimento do PMC, e da alteração do relatório quantitativo no tocante ao preenchimento das violências.

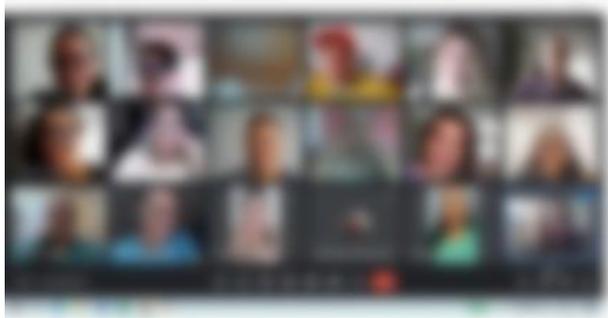
Quantidade de participantes: 112



13 e 14/02/2023- Formação Inicial para as novas equipes do PMC e da gestão social

Apresentação do Programa Mediação de Conflitos, metodologia, formas de intervenções e instrumentais.

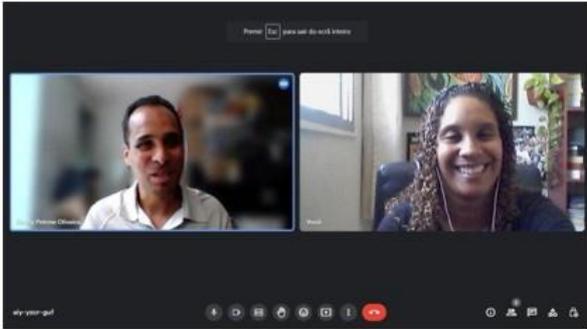
Quantidade de participantes: 18



15 /02/2023- Formação sobre diagnóstico – Gestão Social Pouso Alegre

Apresentação e objetivo do diagnóstico, além das responsabilidades de trabalho da gestão social para o desenvolvimento do diagnóstico.

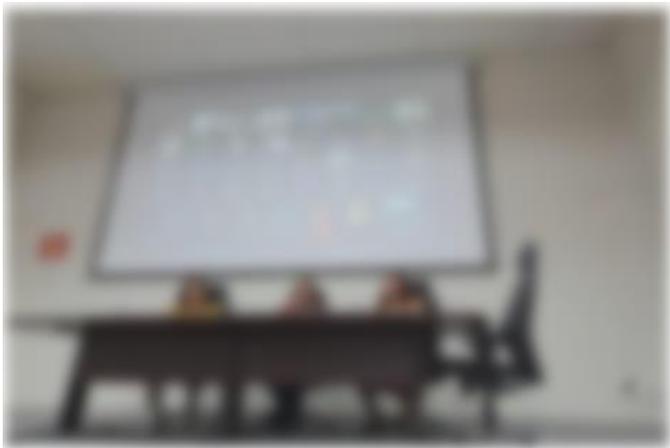
Quantidade de participantes: 2



16/03/2023- Encontro de Formação “Violência contra a mulher: manejos e práticas possíveis”.

O encontro teve como proposta a discussão dos abrigamentos e o protagonismo das referências comunitárias na atuação do enfrentamento e prevenção às violências contra as mulheres dentro dos territórios de atuação do PMC. O encontro contou com a participação na mesa debatedora, supervisora [REDACTED], [REDACTED] referência comunitária e oficinaira do PMC [REDACTED], e como mediadora a analista social [REDACTED].

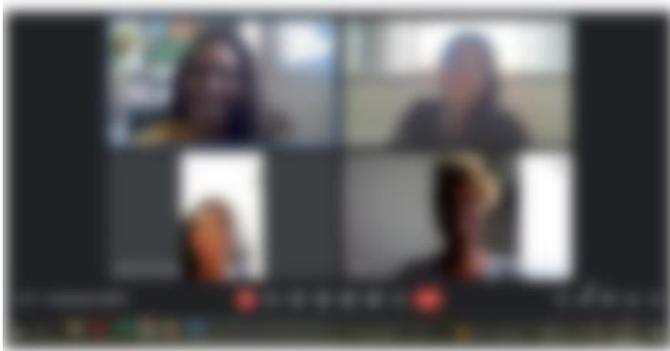
Quantidade de participantes: 112



22/03/2023 - Formação inicial a equipe de Pouso Alegre

Apresentação do Programa Mediação de Conflitos, metodologia, formas de intervenções e instrumentais.

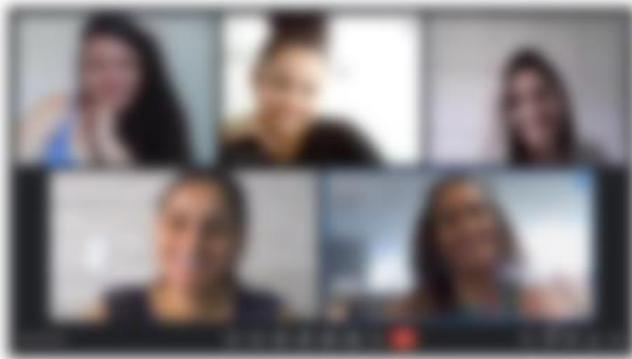
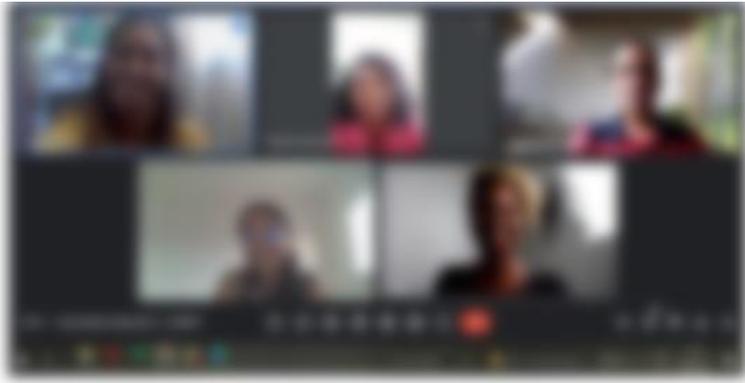
Quantidade de participantes: 4



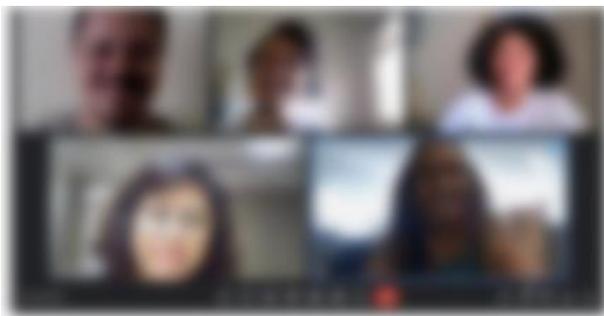
29/03/2023 -Formação sobre diagnóstico- Equipe de Pouso Alegre

Apresentação e objetivo do diagnóstico, ferramentas para execução do mesmo, papel da gestão social e da equipe frente à construção do diagnóstico e seus respectivos instrumentais.

Quantidade de participantes: 5.

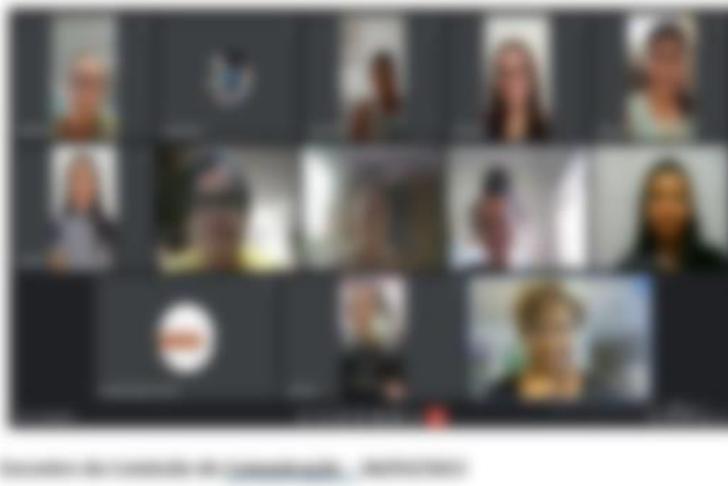


Reportagem de Comunicação - 10/05/2019
10/05/2019



Reportagem de Comunicação - 10/05/2019
10/05/2019

Neste trimestre avaliatório o encontro da “Comissão de Comunicação do PMC” teve como integrante uma das analistas do Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência da UPC de Curvelo. O espaço tem como objetivo o desenvolvimento de ações e produtos (livros, boletins, eventos) que abordem a temática da comunicação comunitária para o enfrentamento às violências.



Por fim, no que tange ao **indicador 8.4**, embora se reconheça a eficiência da OS na substituição dos profissionais, com a realização célere dos processos seletivos de pessoal, é importante destacar o quantitativo expressivo de rescisões de contrato de trabalho neste período avaliatório.

Ressalta-se o **elevado número de desligamentos de pessoal como um ponto de atenção no âmbito da política pública, dado o alto investimento no aprimoramento constante em capacitações e desenvolvimento dos profissionais da política ora avaliada. Esta comissão de monitoramento considera que é relevante que a OS avalie mais detidamente e intervenha ativamente sobre tal fator tal fator a fim de prezar pelos recursos já investidos.**

Adicionalmente, considera-se importante **ênfatisar a recomendação de que seja melhor organizada a distribuição das férias das equipes de modo a não haver profissionais ausentes simultaneamente, prejudicando o trabalho nas unidades e, conseqüentemente, a dinâmica de atendimento ao público.**

Área Temática 9: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 9.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial		
Meta	Resultado	Desempenho
56	62	110,71%

Indicador 9.2 Número de relatórios de gestão dos Programas		
Meta	Resultado	Desempenho
9	9	100%

Quanto aos Programas Fica Vivo e Se Liga os relatórios previstos foram entregues tempestivamente e de modo satisfatório pela OS, e as informações acerca dos atendimentos podem ser encontradas nos indicadores já explicitados.

Sobre os Relatórios Gerais do Programa Selo Prevenção Minas, a Coordenação do Programa destaca a melhoria na qualidade dos relatórios elaborados pelo Instituto ELO em relação às informações e análises apresentadas, destacando-se as contribuições trazidas pela Supervisão Metodológica. O salto de qualidade nas análises e das informações foi significativo, cumprindo-se com excelência os objetivos pactuados para a elaboração do relatório.

Área Temática 10: Gestão da Parceria

Indicador 10.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	100%	100%

A Checagem Amostral, prevista no Decreto Estadual nº 47.553/18, referente ao 17º período avaliatório, que compreende os meses de janeiro a março de 2023 foi realizada pela Comissão de Monitoramento na sede do Instituto Elo no dia 25/04/2023. Foram verificados 77 processos, e um destes apresentou inconformidades, contudo, na Checagem de Efetividade foi sanada a irregularidade do processo de contratação de serviço, alcançando 100% de conformidade.

Indicador 10.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho

100%	100%	-
------	------	---

O indicador 10.2 será discutido e avaliado, oportunamente, na reunião da Comissão de Avaliação. Por ora, informa-se que as fontes de comprovação foram enviadas à SEPLAG para cômputo do indicador.

3 – DETALHAMENTO DA REALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Embora não tenha sido pactuado produto especificamente para o 17º PA, conforme o Quadro de Produtos do Anexo II - Programa de Trabalho do VII Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 02/2019, restou, conforme discutido na última reunião da Comissão de Avaliação, a finalização do Produto “Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade”. O Fórum de Belo Horizonte foi realizado em 15 de fevereiro de 2023, conforme decisão conjunta dos parceiros, e contou com a participação de aproximadamente 300 pessoas.

Cabe destacar, que o relatório final do produto foi entregue no mês de março/2023 e aprovado pela SUPEC. Adicionalmente o relatório apresentou uma avaliação da realização do produto, aprendizados e potencialidades, além de desdobramentos da realização dos Fóruns, dos encaminhamentos discutidos, registros fotográficos, número de participantes, dentre outras informações. O referido relatório será também disponibilizado aos integrantes da Comissão de Avaliação.

4 – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Recurso Estadual - Memória de Cálculo A

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo				
17º Relatório Gerencial Financeiro				
Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão				
Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Pre visto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	1.285.175,00	677.173,05	52,69%
2	Oficinas do Programa Fica Vivo!	6.543.600,00	794.701,34	12,14%
3	Capacitações da equipe contratada	714.200,00	3.460,00	0,48%
4	Deslocamento da equipe contratada	90.000,00	8.532,47	9,48%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	226.800,00	9.745,86	4,30%
6	Projetos de Prevenção à Criminalidade	456.000,00	9.447,79	2,07%
7	Olimpíadas do Programa Fica Vivo!	870.000,00	-	-
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	72.400,00	825,65	1,14%
9	Ações do Programa Se Liga	156.000,00	-	-
10	Emenda: Fóruns Multiterritoriais	-	-	-
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	414.960,00	66.869,44	16,11%
12	Emenda: Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	-	-	-
13	Emenda: Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	-	-	-
14	Emenda: Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade	-	-	-
15	Emenda: Se Liga (Circuito Liberdade)	165.000,00	6.009,74	3,64%
16	Manutenção, Estruturação, Adequação e Conservação de UPCs e sede administrativa	320.000,00	106.211,39	33,19%
17	Bem estar social	9.000,00	-	-
18	Vales Sociais para os programas de prevenção	168.000,00	6.163,00	3,67%
19	Prevenção à saúde dos profissionais	6.000,00	739,32	12,32%
Total		11.497.135,00	1.689.879,05	

17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	01/12/2023
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	15.398.856,29	12.617.958,34	10.335.571,45	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97
(E) Total de Entradas de Recurso	5.088,41	91.955,13	8.599.123,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	2.785.986,36	2.374.342,02	2.665.757,15	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	12.617.958,34	10.335.571,45	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	600,00											
(PP) Provisões de Pessoal	5.502.874,43											
(C) Recursos Comprometidos	2.256.935,25											
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior	3.235.928,69											
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C-AR)	5.272.599,60											

Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)

	1ª PA	2ª PA	3ª PA	4ª PA
Saldo Extrafoi CIC no período	-	-	-	-
Saldo Extrafoi CI no período	16.268.937,97	-	-	-
Saldo Fundo Fixo no período	-	-	-	-
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	16.268.937,97	-	-	-
(G) CONFERENCIA (SA) - (SF) = 0,00	-	16.268.937,97	16.268.937,97	16.268.937,97

Movimentação Financeira da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	2.520.612,55
Transferência para Reserva de Recursos	286.642,84
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	54.530,20
Gastos da Reserva de Recursos	3.906,00
Saldo da Reserva de Recursos	2.857.879,59

17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

	Previsto												TOTAL	Realizado (f) Previsto	Previsto (-) Realizado
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro			
Entrada de Recursos	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	01/12/2023			
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a			
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023			
11 Receitas															
111 Repasses do Contrato de Gestão	8.347.035,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.347.035,89
112 Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
114 Outras Receitas	9.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.000,00
21 Rendimentos de Aplicações Fin.	5.088,41	91.955,13	136.033,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	233.097,42
(B) Total de Entradas:	8.361.124,30	91.955,13	136.033,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.599.123,31
Saída de Recursos															
21 Gastos com Pessoal															
211 Salários	1431.383,82	1438.440,98	1438.440,98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.308.265,78
212 Benefícios	99.960,00	99.960,00	99.960,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	299.880,00
213 Encargos	583.817,04	587.544,88	587.544,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.758.906,80
214 Benefícios	393.931,08	397.818,23	397.818,23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.190.567,54
Subtotal (Pessoal):	2.510.102,94	2.583.764,09	2.583.764,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.582.641,41
22 Gastos Gerais	1.708.583,00	1.328.480,00	627.080,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.664.143,00
23 Aquisição de Bens Permanentes	57.760,00	754.200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	811.960,00
24 Reserva de Recursos	5.088,41	91.955,13	136.033,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	233.097,42
(B) Total de Saídas:	3.780.846,23	4.707.383,22	3.346.878,97	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.723.922,62
	Realizado												TOTAL	Realizado (f) Previsto	Previsto (-) Realizado
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro			
Entrada de Recursos	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	01/12/2023			
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a			
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023			
11 Receitas															
111 Repasses do Contrato de Gestão	8.462.469,79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.462.469,79
112 Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
114 Outras Receitas	-	-	800,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	800,00
21 Rendimentos de Aplicações Fin.	5.088,41	91.955,13	136.033,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	233.097,42
(B) Total de Entradas:	8.467.558,20	91.955,13	136.833,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.699.491,21
Saída de Recursos															
21 Gastos com Pessoal															
211 Salários	110.413,75	1.831.194,25	1.204.850,87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.476.458,87
212 Benefícios	75.378,29	70.128,53	67.249,92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	212.756,74
213 Encargos	573.242,04	549.452,27	541.701,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.664.395,36
214 Benefícios	58.403,63	398.347,30	410.62,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.019.197,59
Subtotal (Pessoal):	1.917.437,71	2.850.122,35	2.224.364,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.307.532,72
22 Gastos Gerais	84.304,78	54.909,03	583.652,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.092.865,88
23 Aquisição de Bens Permanentes	28.250,22	1.274,88	515.022,57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	844.547,67
24 Reserva de Recursos	5.088,41	91,955,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97.043,54
(B) Total de Saídas:	2.064.881,10	2.747.842,36	3.323.039,38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.238.229,81

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	1.200,00	-	
2	Acompanhamento in loco da supervisão no interior	-	-	
3	Cursos de Qualificação Profissional	-	-	
	Total	1.200,00	-	

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Janeiro 01/01/2023 a 31/01/2023	Fevereiro 01/02/2023 a 28/02/2023	Março 01/03/2023 a 31/03/2023	Abril 01/04/2023 a 30/04/2023	Maio 01/05/2023 a 31/05/2023	Junho 01/06/2023 a 30/06/2023
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	340.270,16	233.614,27	169.407,97	381.985,32	381.985,32	381.985,32
(E) Total de Entradas de Recursos	65,76	1.583,75	289.562,42	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	106.721,65	65.790,05	76.985,07	-	-	-
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	233.614,27	169.407,97	381.985,32	381.985,32	381.985,32	381.985,32
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	-					
(PP) Provisonamentos de Pessoal	142.370,80					
(C) Recursos Comprometidos	51.191,21					
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	97.320,87					
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C-AR)	91.102,44					

Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)

	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA
Saldo Extrato C/C no período	-	-	-	-
Saldo Extrato CI no período	381.985,32	-	-	-
Saldo Fundo Fixo no período	-	-	-	-
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	381.985,32	-	-	-
(G) CONFERENCIA (SA) - (SF) = 0,00	-	381.985,32	381.985,32	381.985,32

Movimentação Financeira da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	52.344,77
Transferência para Reserva de Recursos	6.005,38
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	1.139,46
Gastos da Reserva de Recursos	-
Saldo da Reserva de Recursos	59.489,61

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo
17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto										
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	TOTAL			
1	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023		Realizado	Previsto	
Entrada de Recursos	a	a	a	a	a	a		(/) Previsto	(-) Realizado	
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023				
11	Receitas									
111	287.413,50	-	-	-	-	-	287.413,50	100,00%	-	
112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
21	65,76	1.583,75	2.148,92	-	-	-	3.798,43	100,00%	-	
(E) Total de Entradas:	287.479,26	1.583,75	2.148,92	-	-	-	291.211,93	100,00%	-	
2	Saída de Recursos									
2.1	Gastos com Pessoal									
2.11	54.461,98	54.461,98	54.461,98	-	-	-	163.385,94	82,58%	28.454,78	
2.12	4.080,00	4.080,00	4.080,00	-	-	-	12.240,00	74,91%	3.070,91	
2.13	22.590,47	22.590,47	22.590,47	-	-	-	67.771,41	95,88%	2.790,97	
2.14	15.988,42	15.988,42	15.988,42	-	-	-	47.965,26	99,16%	404,19	
Subtotal (Pessoal):	97.120,87	97.120,87	97.120,87	-	-	-	291.362,61	88,08%	34.720,85	
2.2	200,00	200,00	200,00	-	-	-	600,00	0,00%	600,00	
2.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.4	65,76	1.583,75	2.148,92	-	-	-	3.798,43	43,43%	2.148,92	
(S) Total de Saídas:	97.386,63	98.904,62	99.469,79	-	-	-	295.761,04	87,33%	37.469,77	
Realizado										
1	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	TOTAL	Realizado	Previsto	
Entrada de Recursos	a	a	a	a	a	a		(/) Previsto	(-) Realizado	
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023				
11	Receitas									
111	287.413,50	-	-	-	-	-	287.413,50	100,00%	-	
112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
21	65,76	1.583,75	2.148,92	-	-	-	3.798,43	100,00%	-	
(E) Total de Entradas:	287.479,26	1.583,75	2.148,92	-	-	-	291.211,93	100,00%	-	
2	Saída de Recursos									
2.1	Gastos com Pessoal									
2.11	39.916,70	46.761,77	48.252,69	-	-	-	134.931,16	82,58%	28.454,78	
2.12	3.389,09	2.910,00	2.870,00	-	-	-	9.169,09	74,91%	3.070,91	
2.13	2.149,19	21.429,67	22.053,58	-	-	-	64.980,44	95,88%	2.790,97	
2.14	6.787,78	14.308,57	18.134,73	8.331,99	-	-	47.561,07	99,16%	404,19	
Subtotal (Pessoal):	71.590,76	85.408,01	91.311,00	8.331,99	-	-	256.641,76	88,08%	34.720,85	
2.2	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	600,00	
2.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.4	65,76	1.583,75	-	-	-	-	1.649,51	43,43%	2.148,92	
(S) Total de Saídas:	71.656,52	86.991,76	91.311,00	8.331,99	-	-	258.291,27	87,33%	37.469,77	

Recurso do FUNEMP - Memória de Cálculo C

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo			
17º Relatório Gerencial Financeiro			
Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão			
Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado (I) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	139.780,00	12.420,45
2	Acompanhamento in loco da Supervisão		
3	Metodológica/RH/Monitoramento de Dados/Controle de Patrimônio.	52.500,00	592,60
4	Cursos de Qualificação Profissional.	-	-
	Manutenção, Estruturação, Adequação e Conservação de UPC's e Sede Administrativa.	7.000,00	6.841,07
	Total	199.280,00	19.854,12

17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	01/12/2023
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	1.022.232,10	532.258,83	854.971,42	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87
(E) Total de Entradas de Recursos	305,58	7.203,90	59.396,59	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	90.278,85	84.491,31	173.900,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	532.258,83	854.971,42	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87	740.457,87
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(PP) Provisões de Pessoal	180.741,87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Recursos Comprometidos	74.902,73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior	162.978,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C-AR)	321.834,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)

	1ª PA	2ª PA	3ª PA	4ª PA
Saldo Extrafoi CIC no período	51.139,89	-	-	-
Saldo Extrafoi CI no período	689.317,98	-	-	-
Saldo Fundo Fixo no período	-	-	-	-
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	740.457,87	-	-	-
(G) CONFERENCIA (SA) - (SF) = 0,00	-	740.457,87	740.457,87	740.457,87

Movimentação Financeira da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	50.261,81
Transferência para Reserva de Recursos	19.561,20
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	1.316,26
Gastos da Reserva de Recursos	-
Saldo da Reserva de Recursos	71.139,27

17º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Entrada de Recursos	Previsto												TOTAL	Realizado (I) Previsto	Previsto (-) Realizado	
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro				
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	01/12/2023				
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a				
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023				
11 Receitas																
111 Receitas do Contrato de Gestão	51.139,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.139,89
112 Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
114 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21 Rendimentos de Aplicações Fm	305,58	7.203,90	8.246,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.756,18
(B) Total de Entradas:	51.445,47	7.203,90	8.246,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66.896,07
2 Saída de Recursos																
21 Gastos com Pessoal																
2.11 Salários	83.129,00	87.224,01	87.224,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237.577,02
2.12 Estágios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.13 Encargos	27.288,23	37.468,88	37.468,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102.225,99
2.14 Benefícios	20.282,87	23.085,11	23.085,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78.394,29
Subtotal (Pessoal):	130.699,10	147.777,99	147.777,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	418.197,30
22 Gastos Gerais	26.620,00	817,00	24.520,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	112.460,00
23 Aquisição de Bens Remanescentes	80.888,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.888,00
24 Reserva de Recursos	305,58	7.203,90	8.246,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.756,18
(B) Total de Saídas:	138.418,96	155.292,89	180.544,69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	334.211,52
Entrada de Recursos	Realizado												TOTAL	Realizado (I) Previsto	Previsto (-) Realizado	
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro				
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	01/12/2023				
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a				
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023				
11 Receitas																
111 Receitas do Contrato de Gestão	51.139,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.139,89
112 Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
114 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21 Rendimentos de Aplicações Fm	305,58	7.203,90	8.246,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.756,18
(B) Total de Entradas:	51.445,47	7.203,90	8.246,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66.896,07
2 Saída de Recursos																
21 Gastos com Pessoal																
2.11 Salários	56.506,34	59.104,07	66.797,96	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182.408,37
2.12 Estágios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.13 Encargos	24.489,52	30.719,83	30.220,62	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85.439,97
2.14 Benefícios	8.000,00	9.820,85	21.269,05	9.437,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78.536,10
Subtotal (Pessoal):	88.995,86	99.644,75	118.286,63	14.437,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	328.132,16
22 Gastos Gerais	362,92	1.600,00	17.891,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.854,12
23 Aquisição de Bens Remanescentes	-	3.458,21	56.578,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.036,61
24 Reserva de Recursos	305,58	7.203,90	8.246,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.756,18
(B) Total de Saídas:	89.645,36	111.906,86	192.992,93	14.437,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	314.036,37

4.1 - ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo, por e-mail em 13/04/2023. Além disso, todos os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade entre os gastos previstos nas

Do total de saídas realizadas no 17º período avaliatório foi executado 75,39% do previsto da Memória de Cálculo A (recurso estadual), 87,33% da Memória B (Programa PrEsp) e 69,25% da Memória de Cálculo C (FUNEMP).

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu as suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, nos limites de suas competências preconizados pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018. Ademais, informa também que vem qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio dos servidores da SEJUSP e dos funcionários da OS Instituto Elo.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO

Declaramos ter realizado as rotinas de monitoramento e fiscalização do Contrato de Gestão, supervisionado as ações realizadas pelo Instituto Elo neste período avaliatório e realizado a conferência dos documentos referentes a tais rotinas, no que coube ao presente período avaliatório, tais como: os dados apresentados no Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro; as fontes de comprovação dos indicadores e produtos; os saldos dos extratos bancários das contas vinculadas ao Contrato de Gestão; os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações; documentos fiscais, trabalhistas e previdenciários; o valor do Provisionamento Trabalhista; a relação bens adquiridos pela OS no período; os valores comprometidos, conforme demonstração no Relatório Gerencial Financeiro; a observância dos regulamentos próprios que disciplinam os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras e alienações e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas conforme disposto na legislação pertinente e na metodologia de checagens amostrais periódicas; a adequação das despesas ao objeto do Contrato de Gestão.

Diante das informações assim obtidas, ratifico e atesto a fidedignidade das informações contidas neste relatório.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2023.

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

Luisa de Paulo Longuinho

Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão nº 002/2019

Beatriz Barbosa Pena Camargo

Representante da Unidade Jurídica do OEP

Marcus da Silva Resende

Representante da Unidade Financeira do OEP



Documento assinado eletronicamente por **Luisa de Paulo Longuinho**, Servidor(a) Público(a), em 19/05/2023, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz**, Assessora Chefe, em 19/05/2023, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Barbosa Pena Camargo**, Assessor(a), em 19/05/2023, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus da Silva Resende**, Servidor, em 19/05/2023, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **66255974** e o código CRC **B1C85019**.